

Concorrência [●]

Processo Administrativo [●]

Concessão do Serviço Público Municipal de Transporte Coletivo de Passageiros da Cidade de
Cuiabá

Anexo 2 – Minuta do Contrato de Concessão

Versão Consulta Pública

Minuta Consulta Pública

Sumário

CAPÍTULO I - DO OBJETO.....	3
CAPÍTULO II - DO LOTE DE SERVIÇOS.....	6
CAPÍTULO III - DO PRAZO e do INÍCIO DE OPERAÇÃO	7
CAPÍTULO IV - DOS SERVIÇOS, DOS VEÍCULOS E DAS LINHAS.....	8
CAPÍTULO V - DA OPERAÇÃO.....	11
CAPÍTULO VI - DO PESSOAL E SERVIÇOS.....	12
CAPÍTULO VII – DOS SISTEMAS TECNOLÓGICOS E DO CONTROLE DOS SERVIÇOS	13
CAPÍTULO VIII – DAS OBRIGAÇÕES ASSOCIADAS AOS EQUIPAMENTOS DE APOIO AO TRANSPORTE COLETIVO	16
CAPÍTULO IX – DO RELACIONAMENTO COM OS USUÁRIOS E COM A SOCIEDADE.....	17
CAPÍTULO X – DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE	17
CAPÍTULO XI - DA TARIFA E REMUNERAÇÃO	18
CAPÍTULO XII – DAS RECEITAS ACESSÓRIAS	25
CAPÍTULO XIII – DOS PAGAMENTOS AO MUNICÍPIO	25
CAPÍTULO XIV - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES E DOS USUÁRIOS.....	26
CAPÍTULO XV – DO ACORDO OPERACIONAL.....	33
CAPÍTULO XVI – DA EVOLUÇÃO DO SIT-CUIABÁ	34
CAPÍTULO XVII – DO ESTABELECIMENTO DO CONTRATO	35
CAPÍTULO XVIII – DA GARANTIA.....	36
CAPÍTULO XX – DOS BENS REVERSÍVEIS e DESAPROPRIAÇÕES.....	37
CAPÍTULO XXI - DAS PENALIDADES	38
CAPÍTULO XXII - DA INTERVENÇÃO NO SERVIÇO.....	41
CAPÍTULO XXIII - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO.....	42
CAPÍTULO XXIV – DA TRANSFERÊNCIA.....	44
CAPÍTULO XXV – DO VALOR DO CONTRATO.....	45
CAPÍTULO XXVI – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	46

Aos [●] dias do mês de [●] de [●], presentes de um lado o Município de Cuiabá, registrada no CNPJ sob nº [●] doravante denominada simplesmente CONCEDENTE, e por outro a empresa [consórcio, se o caso], registrada no CNPJ sob nº [●], denominada simplesmente CONCESSIONÁRIA, ambas devidamente representadas pelos signatários qualificados abaixo, celebram o presente CONTRATO DE CONCESSÃO, nos termos do disposto nas Leis Federais nºs 8666/93 e 8987/95 e Lei Municipal nº 4.094, de 01/10/01, bem como no Edital de Concorrência [●] e nas demais normas aplicáveis à espécie, mediante as cláusulas e condições a seguir expostas.

Signatários pela Concedente:

Sr. [nome] - Prefeito Municipal, [estado civil], residente e domiciliada na [rua, nº, cidade, estado], portador do RG [nº] e do CPF [nº].

Sr. [nome] – Secretário Municipal de Mobilidade, [estado civil], residente e domiciliada na [rua, nº, cidade, estado], portador do RG [nº] e do CPF [nº].

Signatários pela Concessionária:

Sr. [nome] – [cargo], [estado civil], residente e domiciliado na [rua, nº, cidade, estado].

Sr. [nome] – [cargo], [estado civil], residente e domiciliado na [rua, nº, cidade, estado].

Sr. [nome] – [cargo], [estado civil], residente e domiciliado na [rua, nº, cidade, estado].

CAPÍTULO I - DO OBJETO

Cláusula 1ª O presente CONTRATO DE CONCESSÃO tem por objeto a Concessão da exploração e prestação DO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS DA CIDADE DE CUIABÁ, por conta e risco da Concessionária, no Lote [●] conforme estabelece este instrumento, o Edital da Concorrência [●] e as normas e procedimentos editados pela Prefeitura Municipal de Cuiabá.

Parágrafo 1º O serviço objeto deste contrato constitui serviço público essencial, permanentemente à disposição do usuário, devendo ser prestado sem solução de

continuidade e com observância das condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia e modicidade das tarifas, nos termos da lei e do regulamento.

Parágrafo 2º O serviço de transporte coletivo de passageiros abrangido no objeto da concessão é todo aquele realizado mediante o uso de veículos apropriado para o transporte coletivo, de uso público, com tabelas de horários e trajetos definidos, portanto, excluídos, os serviços de fretamento e de transporte de escolares.

Parágrafo 3º Constitui ainda, objeto do contrato, a execução das seguintes atividades:

- I. Implantação de Sistema de Monitoramento e Controle Operacional do Serviço Público de Transporte Coletivo de Cuiabá (SCO), bem como a sua operação durante o prazo da Concessão;
- II. Implantação de Sistema de Bilhetagem Eletrônica (SBE) destinado à comercialização de passagens e ao controle do uso do serviço de transporte coletivo, bem como a sua operação durante o prazo da Concessão;
- III. Implantação de Sistema de Monitoramento de Imagens (SMI) visando a identificação de fraudes no pagamento de passagens, evasões de qualquer tipo, bem como para registro de eventos que atentem à segurança dos usuários e operadores.
- IV. Administração, operação, limpeza e conservação de terminais de ônibus e estações que forem delegados.
- V. Implantação e manutenção de abrigos em pontos de parada.
- VI. Prestação do serviço especial de transporte de pessoas com restrições severas de mobilidade (Serviço Buscar).

Cláusula 2ª. As viagens de transporte coletivo determinadas para serem executadas pela Concessionária serão organizadas pela Concedente na forma de linhas, cujas especificações serão expressas através de Ordens de Serviço de Operação – OSO.

Parágrafo 1º A relação das linhas a serem operadas a partir do início da operação dos serviços, nos termos do Projeto Básico integrante do Edital da Concorrência serão definidos na Ordem de Serviço Inicial.

- Parágrafo 2º No decorrer do prazo da concessão as especificações operacionais do serviço de transporte (itinerário, frequência, horários e frota das linhas) serão adequadas às necessidades de melhor atendimento da população, do desenvolvimento urbano, da racionalidade e economia dos serviços, sempre de acordo com a orientação do Município de Cuiabá.
- Cláusula 3ª. Ao longo do prazo da concessão, as especificações operacionais do serviço de transporte coletivo (itinerário, frequência, horários e frota das linhas) serão adequadas às necessidades de melhor atendimento da população, do desenvolvimento urbano, da racionalidade e economia dos serviços, sempre de acordo com a orientação do Município de Cuiabá.
- Parágrafo 1º Ocorrendo a implantação das linhas do Sistema de Veículo Leve sobre Trilhos – VLT pelo Governo do Estado de Mato Grosso, o Município fará as adequações nos serviços que são objeto da concessão em conformidade com os convênios a serem estabelecidos entre os entes públicos.
- Parágrafo 2º Na ocorrência da situação prevista no parágrafo anterior, aplicar-se-ão aos serviços concedidos os dispositivos relativos à indenização previstos na legislação sobre os investimentos realizados em frota, instalações e sistemas tecnológicos que venham a ser desmobilizados por decorrência da implantação da rede integrada, não sendo devidas indenizações a título de lucros cessantes.
- Parágrafo 3º No interesse do Município de Cuiabá, do Estado de Mato Grosso e das concessionárias, o objeto desse contrato poderá incorporar a operação dos serviços do Sistema VLT, nas condições a serem estabelecidas nos devidos atos institucionais e instrumentos jurídicos firmados entre os entes públicos, de acordo com a legislação aplicável, situação em que deverá ser reavaliada a indenização referida no parágrafo anterior.
- Cláusula 4ª A concessionária poderá, como forma de ampliar o uso do transporte coletivo e atender necessidades sazonais de demanda, ao longo do prazo da concessão, implantar serviços de transporte coletivo especiais ou complementares, regulares ou temporários, com tarifas diferenciadas ou não, incluindo aqueles no regime de “serviço por demanda” com o uso de aplicativos, com veículos de transporte coletivo, mediante autorização e regulação da Concedente.
- Cláusula 5ª. Integra o objeto de atuação do lote a operação de serviços estruturados de transporte coletivo em corredores exclusivos, BRTs ou outra solução semelhante, que venha a ser implantada durante o prazo da concessão

- Cláusula 6ª. A Concessionária poderá contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço concedido mediante prévia autorização da Concedente.
- Parágrafo 1º. A Concessionária será responsável pelos atos praticados pelo contratado, respondendo junto à Concedente pelo serviço prestado.
- Parágrafo 2º A contratação de terceiros não configurará o instituto da sub concessão, nem acarretará nenhum vínculo do contratado e seus subpostos com a Concedente.

CAPÍTULO II - DO LOTE DE SERVIÇOS

- Cláusula 7ª O Lote de serviço objeto do contrato compreendem os serviços organizados em linhas vinculadas à Área Operacional [●], as quais correspondem às delimitações do território do Município de Cuiabá, na forma descrita no Projeto Básico do Edital da Concorrência.
- Parágrafo 1º Compete à operadora do lote a operação das linhas designadas pela Concedente com origem na área operacional, ressalvado o disposto no parágrafo 2º desta cláusula.
- Parágrafo 2º A Concedente poderá estabelecer soluções de operação compartilhada das linhas intersetoriais do SIT – Cuiabá entre as concessionárias dos lotes 1 e 2, observado o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.
- Parágrafo 3º Na adoção de solução de compartilhamento operacional, as concessionárias dos lotes A e B deverão promover a mesma mediante o Acordo Operacional, estabelecendo a divisão dos fatores de produção dos serviços (frota, viagens e quilometragem) e das receitas, observada a anuência da Concedente.
- Parágrafo 4º Na hipótese de não haver acordo entre as concessionárias envolvidas, na forma do parágrafo anterior, a Concedente definirá a forma de compartilhamento da operação das linhas, observada a participação proporcional das concessionárias envolvidas, a ser calculada em relação à receita total de cada uma no período dos 12 (doze) meses anteriores ao cálculo, com os ajustes que se fizerem necessários na distribuição da frota e viagens.
- Cláusula 8ª. Não haverá exclusividade da Concessionária sobre linhas, bairros ou outro critério geográfico.

Cláusula 9ª A concessionária poderá, ao longo do prazo da concessão, propor à Concedente as adequações operacionais, novos serviços e tudo o mais que contribua para o aperfeiçoamento dos serviços oferecidos, para a racionalidade da rede de transporte coletivo e para a modicidade tarifária

CAPÍTULO III - DO PRAZO e do INÍCIO DE OPERAÇÃO

Cláusula 10 O prazo inicial da concessão é de 20 (vinte) anos, podendo ser prorrogado por até 10 (dez) anos, a exclusivo critério da Concedente, e desde que, durante o prazo contratual inicial, o serviço tenha sido executado na forma do § 1º do art. 6º da Lei Federal nº 8.987/1995.

Parágrafo 1º Em um prazo de 12 (doze) meses anteriores ao vencimento do prazo contratual, a Concessionária deverá manifestar interesse na prorrogação, encaminhando pedido por escrito ao CONCEDENTE, que o decidirá, impreterivelmente no prazo de 90 (noventa) dias.

Parágrafo 2º A avaliação dos serviços prestados será realizada pela CONCEDENTE de forma sistemática ao longo do prazo da concessão, na forma do disposto no Contrato, em especial mediante o Sistema de Avaliação da Qualidade dos Serviços, conforme Capítulo X.

Cláusula 11 No prazo de 15 (quinze) dias a contar da assinatura deste contrato a Concessionária deverá apresentar um plano de mobilização para o início da operação dos serviços contendo as seguintes informações mínimas:

- I. Ações e cronograma de assunção das linhas em que o serviço estiver organizado no momento de início de operação, conforme estabelecido pela Concedente;
- II. Ações e cronograma relativo ao fornecimento da frota de ônibus;
- III. Ações e cronograma relativo à implantação do Sistema de Bilhetagem Eletrônica;
- IV. Ações e cronograma relativo à implantação do Sistema de Monitoramento da Operação;
- V. Indicação das instalações de garagem que serão utilizadas ou ações e cronograma relativo à viabilização destas instalações;
- VI. Ações e cronograma relativo ao provimento da equipe profissional necessária à execução dos serviços.

- Parágrafo 1º O Plano de Mobilização será analisado pela Concedente, e objeto de ajuste entre as partes visando o estabelecimento de uma base firme de viabilização dos compromissos assumidos.
- Parágrafo 2º Aprovado o Plano de Mobilização será expedida a Ordem de Início de Execução dos Serviços, que, observado o prazo máximo proposto pela Concessionária em sua proposta, fixará a data de início de operação, bem como as demais datas associadas à execução dos compromissos.
- Parágrafo 3º No decorrer do prazo estabelecido entre a data de expedição da Ordem de Serviço Inicial e a data de início da operação, a Concedente realizará um acompanhamento da execução do Plano de Mobilização, podendo convocar a Concessionária a prestar os esclarecimentos necessários, bem como realizar diligências no sentido de garantir que as ações indicadas estejam sendo realizadas.
- Parágrafo 4º Antes da data de início da operação, a Concedente realizará vistoria na frota da Concessionária e nas suas instalações de garagem, de modo a verificar o atendimento das especificações mínimas definidas no Edital.
- Parágrafo 5º A aprovação nas vistorias referidas no parágrafo anterior é condição necessária para a regularidade da Concessionária no cumprimento de suas obrigações.
- Parágrafo 6º A Concessionária se sujeitará às sanções estabelecidas neste Contrato, sem prejuízo de outras legalmente estabelecidas no caso das situações relacionadas a seguir, que caracterizarão o total descumprimento do contrato.
- I. Não apresentação do Plano de Mobilização ou de realização de seus ajustes;
 - II. Reprovação da frota apresentada, após decorridos os prazos de ajuste que possam vir a ser estabelecidos pela Concedente;
 - III. Reprovação das instalações de garagem apresentada, após decorridos os prazos de ajuste que possam vir a ser estabelecidos pela Concedente;

CAPÍTULO IV - DOS SERVIÇOS, DOS VEÍCULOS E DAS LINHAS

- Cláusula 12 Os serviços objeto deste contrato se caracterizam pela execução das viagens de transporte coletivo com uso de veículos para transporte coletivo, com o pessoal necessário para operá-los e mantê-los, em serviços organizados em linhas, tudo de acordo com especificações e padrões de conformidade fixados pelo

Município de Cuiabá que no momento de início de operação serão organizadas nas linhas apresentadas na Ordem de Início de Execução dos Serviços.

- Parágrafo 1º Os veículos a serem utilizados pela Concessionária no serviço de transporte coletivo deverão atender às especificações do Código de Trânsito Brasileiro - CTB e demais normas da legislação federal pertinente (CONTRAN, CONMETRO, CONAMA) e a legislação quanto à acessibilidade, bem como às estabelecidas ou que vierem a ser determinadas pela Concedente ou por outros órgãos competentes e neste último caso, sempre precedido do respectivo estudo de viabilidade técnica e readequação do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato.
- Parágrafo 2º Os veículos das concessionárias dos Lotes A e B deverão disponibilizar na integridade de sua frota acesso a serviço gratuito de acesso à internet em condições a serem estabelecidas em comum com o Poder Concedente e por ele aprovado.
- Parágrafo 3º Os serviços serão prestados com o uso de uma frota contratual, integrada por veículos em quantidade necessária à execução das viagens, que comporão a frota operacional, e veículos adicionais, que comporão a reserva técnica, correspondendo ao máximo de veículos que poderão estar paralisados para manutenção ou qualquer outro motivo.
- Parágrafo 4º A Concessionária obriga-se a manter, durante a concessão a frota com a idade máxima de 12 (doze) anos para veículos articulados, de 10 (dez) anos para os ônibus convencionais leves, pesados e midiônibus e de 8 (oito) anos para microônibus, miniônibus e vans do serviço BUSCAR.
- Parágrafo 5º. A idade média máxima do conjunto da frota de ônibus e microônibus será de 5 (cinco) anos.
- Parágrafo 6º. O cálculo da idade média da frota será realizado considerando como idade de cada veículo o total de meses, convertidos em anos, calculado pela diferença entre o mês e ano de realização do cálculo e o mês e ano do primeiro encarroçamento do veículo sobre chassi novo, comprovado por documentação oficial do fornecedor do chassi e da empresa encarregadora ou por plaqueta de identificação do veículo.
- Parágrafo 7º Os veículos novos utilizados para o início de operação deverão ser mantidos na frota da empresa, no mínimo, durante os primeiros 4 (quatro) anos do prazo da concessão.

- Parágrafo 8º. A substituição de veículos (renovação da frota) estará sujeita a aprovação da Concedente.
- Cláusula 13 Durante o prazo da Concessão, a Concessionária cumprirá com os Termos de Compromisso e propostas por ela apresentadas no processo licitatório que deu origem à Concessão, bem como com as especificações e condições que integram o Edital da Concorrência.
- Cláusula 14 Os veículos que serão empregados na execução dos serviços deverão ser cadastrados junto à SEMOB, devendo ainda, atender à condição de estarem vinculados com exclusividade à operação dos serviços do Sistema Integrado de Transporte de Cuiabá – SIT-Cuiabá.
- Parágrafo 1º O registro dos veículos dar-se-á na forma do Regulamento de Execução e Exploração dos Serviços Públicos de Transporte Coletivo e Seletivo de Cuiabá.
- Parágrafo 2º. Os veículos serão submetidos à vistoria prévia realizada por pessoal próprio ou por terceiros designados pela Concedente, antes do deferimento do seu registro, incluindo os aspectos de desempenho e segurança veicular.
- Cláusula 15 A Concedente poderá, a qualquer tempo, alterar a quantidade de veículos vinculados ao serviço, aumentando-a ou diminuindo-a, em função da necessidade do atendimento dos usuários.
- Parágrafo único Havendo necessidade de ampliação da frota ou de alteração de sua especificação, a Concessionária será informada com antecedência de 15 dias, devendo se manifestar em um prazo máximo de cinco dias úteis, contado a partir da comunicação, informando o prazo e condições necessárias para o atendimento da solicitação.
- Cláusula 16 A SEMOB, através de Ordem de Serviço de Operação - OSO, fixará a especificação técnica do serviço de transporte, a qual reunirá as informações operacionais necessárias à sua execução.
- Parágrafo 1º. A SEMOB modificará as Ordens de Serviço de Operação sempre que houver alterações na demanda, necessidade de revisão da oferta do serviço, por mudanças no sistema viário ou no tráfego, com consequente alteração na velocidade operacional e no tempo de ciclo das linhas.
- Parágrafo 2º A Concessionária poderá sugerir, para avaliação da SEMOB, o quadro horário da linha, realizando os ajustes operacionais necessários, respeitando a oferta de

viagens em quantidade suficiente para o atendimento da demanda, fixados pela SEMOB.

Parágrafo 3º. Apresentados os estudos relativos à especificação do serviço pela SEMOB, a Concessionária terá um prazo máximo de cinco dias úteis para apresentação das propostas referidas nesta cláusula, à qual deverá ser analisada em igual prazo.

Parágrafo 4º. Durante o período de apresentação e análise referida no parágrafo anterior, caso necessário, vigorará a especificação do serviço inicialmente definida pela SEMOB.

Cláusula 17 Caberá à Concessionária a execução dos serviços de administração, operação, limpeza, conservação e outros serviços dos Terminais de Ônibus, bem como a instalação e manutenção de abrigos de ônibus em pontos de parada, conforme delegado, de acordo com as especificações que vierem a ser definidas e com as diretrizes do Edital.

Cláusula 18 Durante a vigência deste Contrato de Concessão, a Concessionária obriga-se a dispor para a guarda de seus veículos, de garagem ou garagens fechada(s) com área(s) de estacionamento, inspeção e administração, na qual só poderão ser desenvolvidas atividades relacionadas com serviços de transporte coletivo, ou outras expressamente autorizadas pela SEMOB.

Parágrafo 1º A garagem ou garagens a que se refere esta cláusula deverá(ão) dispor, para o início de operação, da infraestrutura mínima prevista no Edital da Concorrência a qual deverá ser mantida durante a vigência da concessão.

Parágrafo 2º A Concessionária poderá, além das instalações de garagem, dispor de instalações avançadas para apoio à operação das linhas, voltadas a oferecer instalações operacionais, para o pessoal a serviço e estacionamento temporário de veículos.

CAPÍTULO V - DA OPERAÇÃO

Cláusula 19 A Concessionária se obriga a colocar permanentemente à disposição do usuário os serviços abrangidos por este contrato, na forma, remuneração, percursos, horários e demais elementos do serviço determinados pela Concedente, em conformidade com o presente instrumento, com o Regulamento de Execução e Exploração dos Serviços Públicos de Transporte Coletivo e Seletivo de Cuiabá, com a Ordem de Serviço de Operação - OSO e de acordo com as normas e

procedimentos pertinentes, contra a única exigência da entrega, pelos usuários, dos meios de pagamento da tarifa legalmente válidos.

Cláusula 20 A Concessionária somente poderá efetuar alterações nos itinerários das linhas nos casos estritamente necessários, por motivos eventuais, devidamente compatíveis, de impedimentos de vias e logradouros, as quais deverão cessar imediatamente após o término dos mesmos.

Cláusula 21 É proibida a interrupção das viagens, salvo em caso fortuito ou de força maior, caso em que a Concessionária fica obrigada a realizar as providências necessárias para garantia, ao usuário, do prosseguimento de sua viagem.

Parágrafo único A Concessionária obriga-se a transportar, sem ônus tarifário, os usuários que não tenham completado sua viagem por força de interrupção da viagem do veículo em que se encontrava.

CAPÍTULO VI - DO PESSOAL E SERVIÇOS

Cláusula 22 A Concessionária é responsável direta e exclusiva pelos serviços objeto deste Contrato de Concessão, respondendo por seus empregados e prepostos nos termos da lei, por todos os danos e prejuízos que, na execução dos serviços, venham, direta ou indiretamente, provocar ou causar à Concedente ou a terceiros.

Cláusula 23 A Concessionária deverá somente contratar pessoas idôneas, devidamente, habilitadas e capacitadas físico, mentais e psicologicamente para sua função e com comprovada experiência para as funções de operação, manutenção e reparos nos veículos, sendo essas contratações regidas pelo direito privado e legislação trabalhista, não havendo qualquer relação entre os terceiros contratados pela Concessionária e a Concedente.

Parágrafo único Para o início de operação dos serviços a Concessionária, nos termos do Compromisso assumido na documentação apresentada na Licitação, dará preferência à contratação de pessoal que já atue na prestação do serviço de transporte coletivo no Município de Cuiabá, ressalvados os impedimentos de natureza criminal e de saúde destes operadores.

Cláusula 24 A Concessionária adotará processos adequados para a seleção e treinamento de pessoal, em especial aos funcionários que desempenham atividades relacionadas com o público e com a segurança do transporte.

- Parágrafo único O pessoal da Concessionária deverá ter boa apresentação no exercício de suas atividades, urbanidade no tratamento com o público e respeito ao Regulamento de Execução e Exploração dos Serviços Públicos de Transporte Coletivo e Seletivo de Cuiabá.
- Cláusula 25 A Concessionária deverá oferecer cursos regulares de treinamento e de aperfeiçoamento para o seu pessoal.
- Parágrafo 1º. A Concessionária divulgará e fará cumprir, junto ao seu pessoal, o Regulamento de Execução e Exploração dos Serviços Públicos de Transporte Coletivo e Seletivo de Cuiabá e o Código de Conduta dos profissionais a serviço do transporte coletivo de Cuiabá.
- Parágrafo 2º. A Concessionária deverá promover treinamento com todos os seus motoristas e demais funcionários empregados no atendimento ao público no mínimo 1 (uma) vez ao ano.
- Parágrafo 3º. A SEMOB supervisionará a execução dos Programas de Treinamento realizados pela Concessionária.
- Cláusula 26 O pessoal da Concessionária deverá se apresentar nos locais de serviço com uniforme, identificação e equipamentos de segurança previstos na legislação.
- Cláusula 27 Os agentes de fiscalização poderão determinar em situações de urgência ou de comprometimento da segurança do usuário o afastamento imediato, em caráter preventivo, de qualquer funcionário da Concessionária, que tenha cometido violação grave de dever previsto no o Regulamento de Execução e Exploração dos Serviços Públicos de Transporte Coletivo e Seletivo de Cuiabá e que se porte em desacordo com o Código de Conduta dos profissionais a serviço do transporte coletivo de Cuiabá.

CAPÍTULO VII – DOS SISTEMAS TECNOLÓGICOS E DO CONTROLE DOS SERVIÇOS

- Cláusula 28 A fiscalização dos serviços de transporte prestados pela Concessionária, especificados nas Ordens de Serviço de Operação, no Regulamento de Execução e Exploração dos Serviços Públicos de Transporte Coletivo e Seletivo de Cuiabá ou relacionados no presente contrato, será exercida pela Concedente, através de pessoal credenciado e devidamente identificado.

- Cláusula 29 A Concedente adotará equipamentos embarcados, formulários padronizados e outras formas de controle, documentais e não documentais, que servirão como fontes de informações para as medições, controle de qualidade, remuneração e planejamento dos serviços objeto deste Contrato de Concessão.
- Cláusula 30 A Concessionária deverá implantar, manter e operar um Sistema de Monitoramento e Controle Operacional do Serviço Público de Transporte Coletivo de Cuiabá (SCO) de acordo com projeto a ser submetido à avaliação da SEMOB, o qual deverá observar as especificações mínimas definidas no Edital da Concorrência.
- Cláusula 31 A Concessionária deverá implantar, manter e operar um Sistema de Bilhetagem Eletrônica (SBE) de acordo com projeto a ser submetido à avaliação da SEMOB, o qual deverá observar as especificações mínimas definidas no Edital da Concorrência, bem como deverá estar plenamente operacional para o início da prestação dos serviços da concessão.
- Cláusula 32 A implantação do SBE e do SCO deverá ser realizado de forma unificada entre as concessionárias, de forma a garantir uma uniformidade de processos de trabalho, equipamentos e sistemas, bem como de relacionamento com o público, mediante um instrumento de Acordo Operacional, referido na Cláusula 79.
- Cláusula 33 A Concessionária deverá implantar, manter e operar um Sistema de Monitoramento por Imagens (SMI), integrado por um conjunto de câmeras de vídeo instaladas no interior dos veículos e equipamento de gravação de imagens, bem como um sistema de circuito fechado de TV (CFTV) nos terminais de integração, o qual deverá observar as especificações mínimas definidas no Edital da Concorrência, bem como deverá estar plenamente operacional para o início da prestação dos serviços da concessão.
- Cláusula 34 A Concessionária obriga-se a disponibilizar nas dependências da SEMOB os equipamentos, softwares e links de comunicação que permitam a recepção dos dados oriundos do SCO e do SBE, conforme especificações definidas no Edital da Concorrência e nos projetos destes sistemas que deverão ser apresentados para aprovação pela SEMOB.
- Parágrafo 1º. Todas as validações de cartões ocorridas nos validadores do SBE instalados nos ônibus e em equipamentos fixos, como terminais e estações, serão objeto de fiscalização da Concedente.

- Parágrafo 2º. Para o exercício da fiscalização mencionada no parágrafo anterior e de forma a garantir pleno controle das receitas do serviço, a Concedente terá amplo acesso aos dados do SBE, incluídos os dados primários gerados nos validadores, sejam eles disponibilizados diretamente dos servidores das Concessionárias ou a partir de Data Centers.
- Parágrafo 3º. O controle público sobre a receita do SIT- Cuiabá será realizado mediante o processamento de dados em equipamentos da concedente, referente a passageiros transportados, que será alimentada pelo clearing do SBE e concentradores de dados das concessionárias.
- Parágrafo 4º. A Concedente poderá instalar outros equipamentos, mecânicos e/ou eletrônicos, de medição, aferição e monitoramento nos veículos vinculados à Concessão, bem como em suas instalações de garagem.
- Parágrafo 5º. No caso ainda, de ocorrência de avarias ou quebra de quaisquer equipamentos mencionados no parágrafo anterior que sejam de propriedade da Concedente ou de empresa por ela contratada, caberá a Concessionária a cobertura dos custos de reposição do funcionamento dos equipamentos, salvo comprovação de isenção da Concessionária no ato que gerou a avaria.
- Cláusula 35. A Concessionária se obriga a fornecer à SEMOB os resultados contábeis, dados de acidentes, dados estatísticos e quaisquer elementos que forem solicitados para fins de controle e fiscalização, atendendo aos prazos e formas de apresentação fixados, respeitados, quando houver, os prazos estabelecidos na legislação.
- Cláusula 36. A Concessionária se obriga a manter durante toda a vigência da Concessão, administração específica e escrituração de natureza contábil, fiscal, trabalhista e previdenciária, formulada em separado, abrangendo apenas os serviços objeto deste contrato.
- Parágrafo único. A Concedente definirá um modelo de contas padrão a ser utilizado pela Concessionária, o qual deverá ser implantado, para o exercício fiscal do ano seguinte ao do ano de início da operação.
- Cláusula 37. A Concessionária deverá enviar até o 10º dia útil de cada mês os relatórios e arquivos de dados operacionais relativos à oferta do serviço, demanda de passageiros transportados, e outras informações relevantes e associadas à prestação do serviço, conforme modelos e procedimentos a serem definidos pela SEMOB.

Parágrafo único Os dados referidos nesta cláusula incluem os arquivos com os registros digitais primários, sem processamento, do SBE e do SCO, caso necessários e solicitados expressamente pela SEMOB, de forma periódica ou eventual.

CAPÍTULO VIII – DAS OBRIGAÇÕES ASSOCIADAS AOS EQUIPAMENTOS DE APOIO AO TRANSPORTE COLETIVO

- Cláusula 38** A Concessionária deverá realizar a administração, operação, limpeza e manutenção dos terminais de integração CPA I e CPA III conforme especificações referenciais definidas no Edital da Concorrência.
- Cláusula 39** Na vigência do contrato de concessão, outros equipamentos de integração poderá ser atribuído à Concessionária para a realização das atividades relacionadas na Cláusula 38, cujos custos incorridos deverão ser objeto de revisão do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.
- Cláusula 40** A Concessionária deverá realizar a limpeza e conservação dos abrigos em pontos de parada da cidade, conforme especificações referenciais definidas no Edital da Concorrência e na quantidade estabelecida.
- Cláusula 41** Os serviços e obras associados com os terminais e pontos de parada serão acompanhados regularmente pela Concedente, com a finalidade de verificação do cumprimento das especificações e do projeto aprovado e da aplicação das técnicas e dos materiais compatíveis.
- Cláusula 42** A Concessionária encaminhará à Concedente, mensalmente, relatório de atividades desenvolvidas, indicando, entre outros dados, a quantidade de abrigos conservados e ou implantados no mês, os recursos consumidos e demais observações pertinentes ao andamento do cumprimento das responsabilidades assumidas.
- Cláusula 43** A execução dos serviços relacionados às obrigações com os terminais e pontos de parada, objeto deste capítulo, deverão ser realizados de forma comum entre concessionárias, mediante Acordo Operacional, com distribuição proporcional dos seus custos.
- Cláusula 44** Na execução das obras e serviços não haverá nenhum vínculo de qualquer natureza entre as pessoas físicas e jurídicas contratadas pela Concessionária e a Concedente, incluídas as de ordem trabalhista e fiscal.

Parágrafo único Todas as despesas relativas ao pagamento dos tributos e contribuições decorrentes da execução das obras e serviços serão de responsabilidade da Concessionária, incluindo as contribuições devidas ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS pelas obras executadas.

CAPÍTULO IX – DO RELACIONAMENTO COM OS USUÁRIOS E COM A SOCIEDADE

Cláusula 45 A Concessionária deverá permanentemente informar aos usuários as informações sobre os serviços prestados, em especial sobre linhas, trajetos, horários das viagens, tarifa, formas de aquisição de créditos eletrônicos das passagens, bem como de situações que afetem a regularidade da operação cotidiana, mediante publicação em sistema na internet (Portal), cartazes nos ônibus, painéis nos terminais e pontos de parada, folhetos ou outras formas que sejam razoavelmente adequadas à informação a ser veiculada.

Cláusula 46 A Concessionária deverá observar o Código de Conduta do Serviço de Transporte Coletivo, parte integrante deste contrato.

Cláusula 47 A Concessionária compromete-se, no prazo do contrato, a adotar programas de responsabilidade social no relacionamento com os seus empregados, fornecedores, clientes, população em geral e sociedade.

Cláusula 48 A Concessionária compromete-se, no prazo do contrato, a adotar programas de responsabilidade ambiental, em especial, quanto ao tratamento dos resíduos decorrentes de suas atividades, e ao uso de tecnologias, combustíveis e processos de trabalho que contribuam para a redução das emissões de gases poluentes e contribuintes para o “efeito estufa” gerados pelas suas atividades, contribuindo para as metas nacionais.

CAPÍTULO X – DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE

Cláusula 49 A avaliação contínua da qualidade dos serviços prestados pela Concessionária será realizada através da apuração de um conjunto de indicadores da execução do serviço, compondo um Sistema de Avaliação da Qualidade, implementado e gerido pela SEMOB.

Parágrafo 1º A metodologia de apuração dos indicadores será definida pela SEMOB, observando o disposto no Edital da Concorrência

Parágrafo 2º A metodologia de avaliação de qualidade, em especial os valores das metas de qualidade, poderá ser revista por iniciativa da Concedente, garantida a prévia manifestação da Concessionária.

Cláusula 50 A Concessionária implantará um Sistema Interno de Gestão da Qualidade, pela qual possa manter práticas de gestão e de prestação dos serviços que lhe garanta o atendimento das metas de desempenho estabelecidas no Sistema de Controle da Qualidade do Serviço de Transporte Coletivo Urbano de Cuiabá.

CAPÍTULO XI - DA TARIFA E REMUNERAÇÃO

Cláusula 51 A Concessionária somente poderá cobrar dos usuários as tarifas fixadas pela Agência Reguladora dos Serviços Concedidos - ARSEC, observando o disposto na legislação vigente.

Parágrafo 1º. A Concessionária se obriga a aceitar, como forma de pagamento de passagem, os meios de pagamento de passagem determinados pela Concedente.

Parágrafo 2º. Os valores das tarifas serão amplamente divulgados à população, nos materiais informativos, nos pontos de recarga dos cartões, nos terminais de ônibus, nos terminais, estações e pontos de parada e obrigatoriamente em lugar visível no veículo.

Cláusula 52 O serviço de transporte coletivo urbano prestado pela Concessionária será remunerado por meio da receita tarifária arrecadada da cobrança das tarifas fixadas pelo Prefeito Municipal e, eventualmente, pelo pagamento, pela Prefeitura Municipal, de valores complementares à receita tarifária a título de subsídio ao valor da tarifa paga pelos passageiros.

Cláusula 53 O Município, visando a modicidade tarifária, poderá, na vigência do Contrato, adequar a forma de remuneração da concessionária ao disposto na Lei 12.587 de 03/01/2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana.

Parágrafo único A receita do sistema de transporte coletivo poderá ser complementada, nos termos do § 5º do Art. 9º da Lei 12.587.

Cláusula 54 O Município efetuará o pagamento do subsídio ao transporte de escolares vigente, e de outros tipos de subsídio, que venham a ser instituídos de forma regular e mensalmente, até o 10º dia útil do mês seguinte ao da apuração.

Parágrafo único. Havendo atraso no pagamento do subsídio, os valores devidos deverão ser acrescidos de juros de mora, no valor de 1,0% (um por cento) ao mês.

Cláusula 55 A tarifa básica dos serviços de transporte coletivo é de R\$ *,* (por extenso), referida na data base de ** de **, que corresponde à data base de preços que subsidiou os estudos econômico-financeiros do modelo de concessão.

Parágrafo 1º Para o início de operação dos serviços, o valor da tarifa básica será corrigido pela fórmula de reajustamento dada na Cláusula 62, considerando a variação entre a data base de preços da tarifa e a data de início de operação dos serviços.

Parágrafo 2º Após o início de operação, a tarifa básica será reajustada no mês de julho de cada ano, observados os procedimentos definidos na legislação.

Cláusula 56 A Concessionária do Lote C receberá o valor equivalente a 75% do produto da quantidade de passageiros integrados com as linhas classificadas como “Linhas de Conexão”, na forma do Edital, provenientes das linhas operadas pelas demais concessionárias, pelo valor tarifário pago pelo passageiro.

Parágrafo único Os repasses dos valores devidos na integração com as Linhas de Conexão serão efetuados pelo clearing do SBE, na forma do Acordo Operacional estabelecidos por todas as concessionárias conforme capítulo XV deste contrato.

Cláusula 57 As isenções parciais e as gratuidades são aquelas previstas na legislação municipal, bem como as previstas na Constituição Federal, art. 230, §2º.

Parágrafo único Toda e qualquer isenção ou redução tarifária que venha a ser estabelecida além das existentes há época da apresentação da Proposta Comercial serão definidas com a indicação da fonte de custeio, preservado o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão na forma da Lei.

Cláusula 58 A cobrança das tarifas no SIT-Cuiabá será realizada de modo automatizado e universalizado, na forma do Sistema de Bilhetagem Eletrônica – SBE a ser implantado pela Concessionária de acordo com as especificações do Edital de Concorrência.

Cláusula 59 É vedada, à Concessionária transportar qualquer passageiro sem a cobrança dos meios de pagamento, salvo expressa disposição legal em contrário ou salvo determinação do Concedente em situações de calamidade pública ou outras de caráter excepcional.

Parágrafo único Constitui obrigação solidária da Concedente e da Concessionária a coibição de fraudes no uso dos meios de pagamento pelos usuários e a ocorrência de evasões do pagamento de tarifa, com o uso do SMI, ações de fiscalização presencial, acionamento de força policial, auditorias em cadastros de beneficiários de isenções e reduções tarifárias entre outras ações correlatas.

Cláusula 60 A Prefeitura Municipal de Cuiabá poderá autorizar por iniciativa própria ou motivada por proposta da Concessionária, soluções de política tarifária como valores diferenciados para pagamento das passagens em dinheiro nos ônibus, tarifas diferenciadas por função dos serviços, reduções tarifárias em horários ou locais específicos, tarifas diferenciadas por produtos tarifários, medidas de fidelização de passageiros e outras soluções de política tarifária.

Cláusula 61 A SEMOB fiscalizará, na forma do Regulamento de Execução e Exploração dos Serviços Públicos de Transporte Coletivo e Seletivo de Cuiabá, todos os processos de trabalho relacionados à comercialização dos meios de pagamento aos usuários e à arrecadação dos valores.

Cláusula 62 A tarifa básica do serviço de transporte coletivo será reajustada anualmente com base na fórmula paramétrica indicada a seguir:

$T1 = T0 \times R$, onde:

$T1$ = Valor da tarifa reajustada, expresso em real (R\$)

$T0$ = Valor da tarifa básica contratual vigente na data base de cálculo do reajuste, expresso em real (R\$)

R = Índice de reajustamento, conforme fórmula a seguir.

$R = Pd \times Vd + Ps \times Vs + Po \times Vo + Pa \times Va$, onde:

Pd = Fator multiplicador (peso) da participação da variação dos combustíveis na composição do reajuste, definido no valor de 25% (vinte e cinco por cento).

Vd = variação do preço do diesel tipo S10, ou aquele que o venha substituir em razão de adequações dos motores dos ônibus, conforme Pesquisa de Preços da Agência Nacional de Petróleo – ANP (Sistema de Levantamento de Preços – SLP), considerando a coleta mensal no município de Cuiabá - Preço Distribuidora – Preço Médio, sendo sempre considerado o preço referente ao mês anterior ao da data base de reajuste da tarifa e aquele correspondente ao mês antes do último reajuste tarifário.

Ps = Fator multiplicador (peso) da participação da variação do salário na composição do reajuste, definido no valor de 48% (quarenta e oito por cento).

Vs = Variação da soma do salário e gratificações do motorista do serviço de transporte coletivo de Cuiabá conforme Convenção Coletiva do Trabalho ocorrida entre o momento imediatamente anterior ao cálculo de reajuste e o valor anterior ao cálculo do último reajuste tarifário.

Po = Fator multiplicador (peso) da participação da variação do preço de veículos na composição do reajuste, definido no valor de 20% (vinte por cento).

Vo = Variação dos custos de veículos considerando Variação do índice de Preços do Consumidor Amplo – Origem da FGV código 1006829 IPA- Origem - OG-DI - Produtos Industriais - Indústria de Transformação - Veículos Automotores, Reboques, Carrocerias e Autopeças referentes a 2 (dois) meses antes da data base de reajuste da tarifa e aqueles correspondentes à 2 (dois) meses antes do último reajuste tarifário.

Pa = Fator multiplicador (peso) da participação da variação dos demais itens de custo na composição do reajuste, definido no valor de 7% (sete por cento).

Va = variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, sendo sempre considerados os índices referentes a 2 (dois) meses antes da data base de reajuste da tarifa e aqueles correspondentes a 2 (dois) meses antes do último reajuste tarifário,

Parágrafo 1º Na hipótese dos índices Vo e Va, terem sua apuração descontinuada pelos organismos que os apuram, será realizada a atualização da fórmula definida no caput desta cláusula, mediante a sua alteração pelos índices que os substituam, mediante aditivo contratual.

Parágrafo 2º Sempre que houver revisão do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, ou a cada período de 4 (quatro) anos a contar do início de operação, será realizada a revisão dos fatores multiplicadores (pesos) de modo que a fórmula de remuneração melhor corresponda ao peso de cada parcela dos custos operacionais, o que se dará mediante aditivo contratual.

- Cláusula 63** A Tarifa Básica poderá ser revista para restabelecer a equação originária entre os encargos da Concessionária e as receitas da Concessão, formada pelas regras deste Edital, de seus Anexos, do Contrato de Concessão, das Leis 8.987/95 e 8.666/93, bem como pela proposta apresentada na Concorrência, sempre que ocorrerem quaisquer situações que afetem o equilíbrio econômico-financeiro da Concessão.
- Parágrafo 1º** São pré-requisitos essenciais para fundamentar eventual reequilíbrio econômico-financeiro eventos que sejam: (i) extraordinários; (ii) imprevisíveis; (iii) estranhos à vontade das partes; (iii) inevitáveis; e (iv) capazes de gerar desequilíbrio na equação econômico-financeira do contrato de concessão.
- Parágrafo 2º** Entre os eventos relacionados no parágrafo anterior relacionam-se os seguintes, que poderão ocorrer simultaneamente ou não:
- I. Modificações operacionais determinadas pela Concedente com o objetivo de melhorar o atendimento aos usuários e a eficiência do sistema de transporte coletivo, de comprovada repercussão nos custos da Concessionária, para mais ou para menos, conforme o caso;
 - II. Implantação de soluções de integração intermodal, como é o caso da eventual implantação do Sistema VLT;
 - III. Implantação de sistemas estruturais de transporte coletivo com base em soluções do tipo BRT;
 - IV. Ocorrência de variação da composição de investimentos em frota decorrente de determinação da Concedente, em razão de acréscimo ou diminuição de veículos, mudança de modal ou tipo de veículo, ou modificação de vida útil ou idade média máxima não estabelecida no Edital.
 - V. Ressalvados os impostos sobre a renda, a criação, alteração ou extinção de tributos que incidem sobre o serviço ou a receita da Concessionária ou a imposição de disposições legais, após a data de apresentação das propostas, de comprovada repercussão nos custos da Concessionária, para mais ou para menos, conforme o caso.
 - VI. Modificações nos encargos da Concessionária, relativos aos investimentos, em relação ao definido no Edital.
 - VII. Estabelecimento de gratuidades e reduções tarifárias que difiram da situação vigente no momento da apresentação da proposta.
 - VIII. Não atingimento, a partir do 4º (quarto) ano, a contar do início de

operação, da demanda global do SIT – Cuiabá esperada pelo Município no modelo da concessão, conforme valores do Anexo 6, sendo que os valores previstos pela no plano de negócios, superior a este valor, constitui risco do Concessionária.

- IX. Variação da demanda média mensal global do SIT-Cuiabá apurada para o período de 12 meses em percentual de 3% para mais ou para menos da demanda média mensal de 12 meses anteriores ao período de 12 meses analisado.
- X. Ocorrências supervenientes, decorrentes de força maior, caso fortuito, fato príncipe, fato da Administração ou de interferências imprevistas resultem, comprovadamente, em acréscimo ou redução dos custos da Concessionária.

Cláusula 64 A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro dar-se-á mediante pleito fundamentado apresentado pela Concessionária ou pela Concedente, o qual deverá arrolar os dados e argumentos qualitativos e quantitativos justificadores do desequilíbrio, em especial, mediante a apresentação de estudo financeiro atualizado, acompanhado de documentos comprobatórios, tomando como base o estudo de viabilidade econômico-financeira da Concessionária apresentada no certame licitatório e que é parte integrante deste contrato.

Parágrafo 1º A critério da Concedente, para o reequilíbrio econômico e financeiro do Contrato, poderão ser implementados os seguintes instrumentos de reequilíbrio:

- I. Revisão dos valores das tarifas;
- II. Redução dos encargos da Concessionária sem redução de qualidade
- III. Indenização;
- IV. Alteração do prazo do presente contrato;
- V. Combinação dos mecanismos anteriores.

Parágrafo 2º As partes poderão, ainda, caso haja consenso, optar, em alternativa à revisão do contrato, pela sua extinção ou pela adoção de outras soluções que envolvam alteração das obrigações da Concessionária.

Parágrafo 3º A omissão da parte prejudicada em solicitar a revisão do presente contrato importará em renúncia desse direito após o prazo de 2 (dois) anos contados a partir do evento que der causa ao desequilíbrio.

- Cláusula 65** As análises sobre o pleito de reequilíbrio econômico-financeiro deverá se dar em um prazo de 30 (trinta) dias após a sua apresentação, prorrogáveis por igual período, desde que justificado.
- Parágrafo único** A Concedente poderá solicitar informações complementares, realizar diligências e auditorias para dar suporte às análises, com uso de pessoal próprio ou de terceiros, legalmente constituídos.
- Cláusula 66** São riscos assumidos pela Concessionária, que não ensejam a revisão do contrato de concessão todos aqueles relacionados com a álea empresarial da Concessionária e, especialmente:
- I. A não obtenção do retorno econômico previsto na sua proposta por força de fatores distintos dos previstos no §2º da Cláusula 63;
 - II. A constatação superveniente de erros ou omissões na proposta da Concessionária ou nos levantamentos que as subsidiaram, inclusive aqueles divulgados pelo Município;
 - III. A destruição, roubo, furto ou perda de bens vinculados à concessão e de suas receitas;
 - IV. A ocorrência de greves de empregados da Concessionária ou a interrupção ou falha do fornecimento de materiais ou serviços pelos seus contratados;
 - V. A variação das taxas de câmbio;
 - VI. A incidência de responsabilidade civil, administrativa, ambiental, tributária e criminal por fatos que possam ocorrer durante a prestação dos serviços;
 - VII. Os custos gerados por condenações ou pelo acompanhamento de ações judiciais movidas por ou contra terceiros;
 - VIII. Os riscos decorrentes da contratação de financiamentos;
 - IX. A valorização ou depreciação dos bens vinculados à concessão;
 - X. Os custos decorrentes da celebração do Acordo Operacional e o desempenho das responsabilidades comuns;
 - XI. Valor de outorga pago além do valor mínimo fixado pelo Município.
- Cláusula 67** Sem prejuízo das partes requerem a qualquer tempo a revisão das tarifas, fica estabelecida uma reavaliação econômico-financeira da concessão a cada período

de 4 (quatro) anos, sendo excepcionalmente prevista, desde já, revisão quando da implantação da integração com o Sistema VLT, caso ele venha a ser implantado.

CAPÍTULO XII – DAS RECEITAS ACESSÓRIAS

- Cláusula 68 Respeitado o disposto na Legislação, a Concessionária poderá explorar receitas acessórias à Concessão, como por exemplo, e dentre outras: serviços de publicidade nos ônibus, nos cartões eletrônicos do SBE, nos terminais e abrigos de ônibus, venda de espaços lógicos dos cartões eletrônicos do SBE e outros julgados oportunos.
- Parágrafo 1º Os contratos firmados pela Concessionária que gerem receitas acessórias deverão ser submetidos à avaliação e anuência da Concedente.
- Parágrafo 2º Os contratos relacionados com publicidade deverão observar a legislação do Município e as eventuais restrições legais.
- Parágrafo 3º A Concessionária deverá encaminhar à Concedente mensalmente um Relatório de Prestação de Contas referente às receitas acessórias auferidas, respeitando a legislação, no que couber.
- Cláusula 69 As receitas acessórias serão consideradas no equilíbrio econômico-financeiro da Concessão, estando, portanto, aplicadas em prol da modicidade tarifária conforme prevê a Lei nº 12.587 de 03 de janeiro de 2012.

CAPÍTULO XIII – DOS PAGAMENTOS AO MUNICÍPIO

- Cláusula 70 Pela outorga da Concessão, a Concessionária pagará mensalmente ao Município o valor equivalente ao produto da quantidade de ônibus de sua frota operacional pelo valor de R\$ [●]/veículo, correspondente ao valor proposto na Concorrência, tendo como data base o mês de ** de **.
- Parágrafo 1º O valor unitário da outorga será reajustado quando da ocorrência de reajuste e ou revisão tarifária no mesmo percentual de reajuste do valor da tarifa básica.
- Parágrafo 2º Os pagamentos do valor de outorga deverão ocorrer até o 10º dia útil do mês subsequente, mediante depósito em conta corrente da Prefeitura Municipal de Cuiabá.

Parágrafo 3º Havendo atraso no pagamento do valor de outorga, os valores devidos deverão ser acrescidos de multa, no valor de 1,0 (um por cento) ao mês, além de sujeitar a Concessionária às sanções estabelecidas no contrato.

Cláusula 71 A Concessionária pagará ao Município os impostos municipais incidentes sobre as receitas decorrentes das atividades realizadas no cumprimento deste contrato, taxas e custos de gerenciamento em conformidade com a legislação.

CAPÍTULO XIV - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES E DOS USUÁRIOS

Cláusula 72 São direitos dos usuários dos serviços, sem prejuízo de outros previstos na legislação aplicável:

- I. Dispor dos serviços de forma adequada, em condições de regularidade, eficiência, segurança, higiene, conforto, cortesia e generalidade;
- II. Obter todas as informações necessárias para o bom uso do serviço;
- III. Receber informações sobre qualquer modificação ocorrida no serviço com a antecedência necessária;
- IV. Externar reclamações e sugestões através de canais próprios instituídos pelo Concedente e pelos concessionários;
- V. Ser tratado com urbanidade e respeito;
- VI. Beneficiar-se das gratuidades e abatimentos de tarifa previstos na legislação e normas regulamentares aplicáveis;
- VII. Levar ao conhecimento do Poder Concedente, as irregularidades de que tenha conhecimento referente à operação dos serviços, participando, de forma ativa, de sua fiscalização;
- VIII. Livre acesso e circulação das pessoas portadoras de deficiência físico-motora e facilidade de acesso e circulação dos usuários, especialmente gestantes e idosos, na forma da regulamentação aplicável;
- IX. Exigir o fiel cumprimento de todas as obrigações dos concessionários e da Concedente.

Cláusula 73 São obrigações dos usuários dos serviços, sem prejuízo de outros previstos na legislação aplicável:

- I. Pagar pelo serviço utilizado de acordo com a legislação e normas regulamentares aplicáveis;

- II. Preservar e zelar pela preservação dos bens vinculados à prestação do serviço;
- III. No uso dos serviços, portar-se de maneira adequada e utilizar o serviço de acordo com as normas estabelecidas pelo Poder Concedente, em especial, não praticando atos que gerem prejuízos aos ônibus, terminais, abrigos entre outros equipamentos.
- IV. Zelar pela eficiência do serviço, não praticando qualquer ato que possa prejudicar o serviço ou os demais usuários, utilizando-o de forma adequada;

Cláusula 74 São direitos básicos da Concedente, além de outros previstos nas normas aplicáveis ao serviço público de transporte coletivo:

- I. Regulamentar os serviços e fiscalizar permanentemente sua prestação, com o livre exercício de suas atividades de gerenciamento, respeitadas as competências e determinações expressas na legislação, no Regulamento e demais atos normativos;
- II. Ter pleno e irrestrito acesso a todas as informações sobre o objeto da concessão, inclusive, em tempo real, por meio de sistema informatizado de monitoramento das atividades desenvolvidas pela Concessionária, de modo que lhe sejam disponibilizados, dentre outros, todos os dados atuais sobre quantidade de passageiros transportados por tipo e valor de pagamento de passagem, número de veículos em circulação, localização e velocidade destes, e os dados capazes de permitir avaliar a qualidade e a regularidade do serviço e os seus aspectos econômico-financeiros;
- III. O livre acesso às instalações da Concessionária e aos seus veículos, desde que para exercício de suas atividades de gerenciamento do serviço de transporte coletivo;
- IV. O acatamento por parte das Concessionárias e de seus prepostos, das instruções, normas e especificações emitidas.
- V. Determinar alterações nos serviços, modificando especificações operacionais com a finalidade de melhor atender ao interesse público, observado o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.
- VI. Zelar pela boa qualidade dos serviços com base nos princípios da licitação, regularidade, continuidade, eficiência, segurança, conforto, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação, modicidade das tarifas, defesa do meio ambiente e do patrimônio arquitetônico e paisagístico, respeito às

diretrizes de uso do solo e de pleno respeito aos direitos dos usuários e dos concessionários.

- VII. Estimular o constante aperfeiçoamento técnico, tecnológico e operacional dos serviços;
- VIII. Receber os valores devidos pelas Concessionárias.

Cláusula 75 São obrigações da Concedente, além de outros previstos nas normas aplicáveis ao serviço público de transporte coletivo:

- I. Planejar o Sistema de Transporte Coletivo e especificar o serviço correspondente, considerando as necessidades da população;
- II. Fiscalizar os serviços prestados pela Concessionária e tomar as providências necessárias à sua regularização;
- III. Realizar as apurações relativas ao Sistema de Avaliação da Qualidade;
- IV. Garantir livre acesso à população das informações sobre o serviço de transporte;
- V. Mostrar aos usuários, de modo claro, preciso e em tempo hábil, informações sobre as alterações no serviço de transporte;
- VI. Receber e analisar as propostas e solicitações da Concessionária, informando-a de suas conclusões.
- VII. Acompanhar a evolução econômico-financeira do contrato de concessão, tomando as medidas necessárias para o seu equilíbrio.
- VIII. Efetuar o pagamento e ou o encontro de contas relativos à cobertura da receita relativa às gratuidades e qualquer outro valor de subsídio tarifário que seja estabelecido de forma periódica, na forma do contrato de concessão.

Cláusula 76 São direito da Concessionária

- I. Garantia de ampla defesa na aplicação das penalidades previstas no Regulamento de Execução e Exploração dos Serviços Públicos de Transporte Coletivo e Seletivo de Cuiabá, no Contrato de Concessão e na legislação, respeitados os prazos, formas e meios especificados;
- II. Manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da Concessão, respeitados os princípios legais e regulamentares que regem a forma de exploração do serviço;

- III. Receber regularmente os valores relativos aos pagamentos do Poder Público à título de cobertura das gratuidades e ou de subsídios tarifários.
- IV. Garantia de análise nos prazos definidos, por parte da Concedente, das propostas apresentadas em relação à especificação dos serviços, à organização da operação e a recursos relativos ao sistema de avaliação da qualidade;
- V. Recebimento de respostas em relação às consultas formuladas nos prazos fixados.
- VI. A proposição e a organização de atendimentos, por transporte coletivo, tarifados ou não, a eventos e a situações específicas não previsto como escopo habitual da Concessão de transportes coletivos, desde com anuência da Concedente.

Cláusula 77 São obrigações da Concessionária, além de outros previstos nas normas aplicáveis ao serviço público de transporte coletivo:

- I. Assegurar a fiel observância dos direitos dos usuários dos serviços;
- II. Tratar os usuários dos serviços e o público em geral com urbanidade e educação;
- III. Buscar a constante expansão do número de passageiros atendidos, bem como a racionalidade dos serviços prestados em nome da modicidade tarifária.
- IV. Cumprir o disposto no Regulamento de Execução e Exploração dos Serviços Públicos de Transporte Coletivo e Seletivo de Cuiabá, no Código de Conduta, no Contrato de Concessão, nas Ordens de Serviço de Operação, nas instruções da Concedente, além das demais normas regulamentadoras de sua atividade;
- V. Cumprir e fazer cumprir fielmente as disposições do Edital da licitação e respectivos anexos, bem como da legislação aplicável, mantendo durante toda a vigência da concessão as condições de habilitação e qualificação exigidas nos citados instrumentos;
- VI. Operar os serviços de forma a garantir a sua regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, conforto, cortesia, modicidade tarifária e comodidade defesa do meio ambiente e do patrimônio arquitetônico e paisagístico, respeito às diretrizes de uso do solo e de pleno respeito aos direitos dos usuários, na forma da lei e normas regulamentares;

- VII. Prestar todas as informações solicitadas pelo Poder Público;
- VIII. Dar condições de pleno funcionamento aos serviços sob sua responsabilidade;
- IX. Adequar a frota às necessidades do serviço, de acordo com o estabelecido pela Concedente;
- X. Assegurar atendimento adequado em razão de modificações da cidade ao longo do prazo de vigência da concessão;
- XI. Promover a atualização e o desenvolvimento tecnológico das instalações, equipamentos e sistemas, com vistas a assegurar a melhoria da qualidade do serviço e a preservação do meio ambiente;
- XII. Assumir os custos de operação, limpeza e conservação dos terminais e abrigos que lhe forem delegados;
- XIII. Implantar e operar o Sistema de Bilhetagem Eletrônica e o Sistema de Monitoramento da Operação de forma articulada com as demais concessionárias;
- XIV. Efetuar e manter atualizada sua escrituração contábil e societária, levantando demonstrativos mensais, semestrais e anuais, observando normas contábeis geralmente aceitas, aplicadas a plano de contas e modelos estabelecidos pela Concedente, se o caso, de modo a possibilitar a fiscalização respectiva;
- XV. Liberar acesso à fiscalização do Município, em qualquer época, aos equipamentos e instalações vinculados ao serviço;
- XVI. Pagar à Concedente os valores devidos de outorga e às multas impostas;
- XVII. Utilizar veículos que preencham os requisitos de operação, conforme previsto nas normas regulamentares pertinentes, mantendo as características dos ônibus fixadas pela Concedente;
- XVIII. Preservar a inviolabilidade dos instrumentos de controle de passageiros, e outros dispositivos de controle e monitoração determinados pela Concedente;
- XIX. Apresentar, sempre que for exigido, os seus ônibus para vistoria técnica comprometendo-se a sanar, em prazo determinado pela Concedente, as irregularidades que possam comprometer o conforto, a segurança e a regularidade do transporte de passageiros;
- XX. Apresentar, diariamente, os seus veículos para o início de operação em adequado estado de conservação e limpeza, adotando procedimentos que

permitam assim mantê-los durante toda a jornada operacional, salvo na ocorrência de restrições operacionais e de condições climáticas;

- XXI. Comunicar a Concedente, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, da data da ocorrência de acidentes, informando também, as providências adotadas e a assistência que foi prestada e proposta aos usuários e, ainda, uma cópia de Boletim de Ocorrência;
- XXII. Manter seus empregados devidamente identificados e adequadamente uniformizados, bem como devidamente informados e treinados em relação ao Código de Conduta;
- XXIII. Responder por atos e ações por eles praticados, que atentem à moral, aos bons costumes e aos direitos de terceiros, especialmente dos usuários;
- XXIV. Ressarcir o Concedente por qualquer dano provocado por seus empregados ou prepostos, durante a execução dos serviços, praticados contra o patrimônio público municipal;
- XXV. Garantir a continuidade da viagem, providenciando a imediata substituição do ônibus avariado ou o transporte gratuito dos usuários que estejam dentro do mesmo e que tenham pago a tarifa, no primeiro horário subsequente;
- XXVI. Operar somente com pessoal devidamente uniformizado, capacitado, treinado, habilitado e devidamente cadastrado, portando documentos de identificação, com observância das normas municipais aplicáveis, bem como da legislação trabalhista, previdenciária, securitária, de segurança e medicina do trabalho;
- XXVII. Contar com quadro de pessoal contratado com observância das normas de direito privado e trabalhista, não se estabelecendo qualquer relação jurídica entre os terceiros contratados pela Concessionária e o Município;
- XXVIII. Apresentar periodicamente a comprovação de regularidade das obrigações previdenciárias, tributárias e trabalhistas.
- XXIX. Manter seguro de responsabilidade civil para cobrir eventuais prejuízos causados a usuários e a terceiros em geral.
- XXX. Arcar, por sua conta única e exclusiva, com todas as despesas necessárias à execução dos serviços objeto deste Contrato de Concessão.
- XXXI. Autuar e processar as reclamações feitas pelos usuários a respeito dos serviços, de modo a respondê-las motivadamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, adotando as providências que se fizerem necessárias.

Cláusula 78 A Concessionária deverá arcar, por sua conta única e exclusiva, com todas as despesas necessárias à execução dos serviços objeto deste Contrato de Concessão, em especial:

- I. Despesas com pessoal contratado, tanto para a operação e a manutenção, quanto para a administração, inclusive salários e encargos;
- II. Gastos de aquisição, manutenção e reparação de todo o material fixo ou rodante, permanente ou de consumo, necessário ao seu funcionamento ou à prestação de serviço;
- III. Investimentos ou despesas com bens imóveis e móveis, em especial, veículos, abrangendo aquisição, locação, uso, manutenção ou reparo;
- IV. Investimentos necessários à implantação do SBE; SCO e SMI;
- V. Investimentos necessários à execução de obras e instalações de equipamentos de apoio ao transporte coletivo;
- VI. Custos de administração, operação, limpeza e conservação dos terminais de integração;
- VII. Custos com limpeza e manutenção dos abrigos em pontos de parada;
- VIII. Impostos, taxas ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre suas atividades, lucros, serviços, bens e outros;
- IX. Indenizações devidas a terceiros por danos ou prejuízos causados por seus empregados ou prepostos, decorrentes da operação dos serviços, na forma da lei;
- X. Despesas relativas à legislação trabalhista e previdenciária em vigor, bem como o pagamento de quaisquer adicionais que sejam ou venham a ser devidos ao seu pessoal, por força de lei ou convenção coletiva de trabalho.
- XI. Todos e quaisquer tributos, contribuições previdenciárias e securitárias, multas, ônus e obrigações oriundas deste Contrato de Concessão pelos quais a Concessionária seja responsável, quer de natureza fiscal, civil, acidentária, securitária, previdenciária e trabalhista, em toda a sua plenitude.
- XII. Encargos financeiros decorrentes de empréstimos e financiamentos para quaisquer finalidades necessárias à execução dos serviços objeto deste Contrato de Concessão.

Parágrafo Único Nenhuma responsabilidade caberá à Concedente em relação à Concessionária, em caso de insuficiência de recursos de sua parte para a efetiva prestação dos serviços objeto deste Contrato de Concessão.

CAPÍTULO XV – DO ACORDO OPERACIONAL.

Cláusula 79 Integra o presente contrato, o Acordo Operacional firmado pela Concessionária, como condição prévia para a presença avença, que passa a integrá-lo, visando disciplinar as obrigações comuns às concessionárias, abrangendo entre outros os seguintes itens:

- I. Implantação e operação do Sistema de Bilhetagem Eletrônica - SBE;
- II. Implantação e operação de Sistemas de Arrecadação e de Comercialização de créditos de passagens;
- III. Implantação e operação de sistema de remuneração com a distribuição dos recursos arrecadados e aqueles, porventura decorrentes de subsídios públicos;
- IV. Sistema de Monitoramento e Controle Operacional do Serviço Público de Transporte Coletivo de Cuiabá (SCO);
- V. Divulgação de informações aos Usuários;
- VI. Operação, manutenção, limpeza, conservação e operação dos equipamentos urbanos de apoio à operação dos serviços como terminais de integração e pontos de parada com abrigos, cuja responsabilidade venha, por instrumento próprio, ser delegado pela Concedente aos concessionários.
- VII. Execução de pesquisas e estudos técnicos visando a apresentação de propostas à Concedente sobre ajustes no SIT-Cuiabá;
- VIII. Realização do Serviço Buscar.
- IX. Planejamento centralizado da operação dos serviços;
- X. Eventual operação compartilhada de linhas intersetoriais.

Cláusula 80 O Acordo Operacional contém a obrigação, assumida pelos respectivos subscritores, de cumprir fielmente e de forma coordenada, as obrigações comuns a todas as concessionárias decorrentes da Lei, da regulamentação aplicável, do Edital e respectivos anexos, e do presente contrato, além de prever a responsabilidade solidária dos respectivos subscritores por todas as obrigações dele decorrentes.

Cláusula 81 A Concessionária reconhece que, na forma da Lei, o exercício das funções de Bilhetagem Eletrônica pressupõe absoluta transparência de dados, estando sujeito a fiscalização e auditoria do Poder Público.

Cláusula 82 As eventuais alterações no Acordo Operacional deverão ser previamente submetidas à aprovação da Concedente.

CAPÍTULO XVI – DA EVOLUÇÃO DO SIT-CUIABÁ

Cláusula 83 A SEMOB, no decorrer do prazo entre a assinatura do Contrato e o início de operação realizará as ações necessárias para a implantação das modificações operacionais no SIT-Cuiabá que estão estabelecidas no Projeto Básico do Edital de Concorrência em relação à situação vigente há época em que vierem a ser implantadas, incluindo:

- I. Detalhamento do plano de operação das novas linhas
- II. Providências de requisitos físicos de infraestrutura, eventualmente necessários, como locais de conexão;
- III. Discussão com as comunidades das alterações propostas
- IV. Elaboração de campanha de divulgação em momento próximo ao início de operação

Cláusula 84 A Concessionária, nos termos do Acordo Operacional deverá, no prazo de 12 (doze) meses a contar do início de operação dos serviços, realizar um estudo técnico para a promoção de adequações nos serviços estabelecidos para o início da operação, visando o seu aperfeiçoamento, bem com a promoção de maiores racionalidades, a ampliação da acessibilidade à cidade e a qualidade dos serviços ofertados.

Parágrafo 1º Os estudos deverão ser realizados mediante procedimentos de trabalho que incorporem a SEMOB em todas as suas etapas visando um acompanhamento contínuo e a adequação das propostas formuladas à política de mobilidade e transporte do Município, favorecendo a sua aprovação.

Parágrafo 3º Os estudos deverão ser realizados com o uso de técnicas de planejamento consagradas, sendo requerida a preparação de uma base de dados sobre a distribuição espacial e temporal da demanda de transporte coletivo, por meio de pesquisas de campo e ou processamento de dados dos sistemas de controles disponíveis (SBE e SCO).

Parágrafo 4º Os estudos, se o caso, poderão indicar ações operacionais e de infraestrutura a serem viabilizados pelo Poder Público enquanto suporte à promoção das mudanças propostas.

- Cláusula 85 Finalizados os estudos, os seus resultados deverão ser objeto de avaliação e aprovação por parte da SEMOB, como condição para a implantação das ações propostas.
- Cláusula 86 A operação dos serviços pressupõe a operação dos futuros sistemas estruturais, do tipo BRT – Bus Rapid Transit, que venham a ser implantados, bem como a operação de linhas de alimentação, integradas ao VLT, quando este sistema vier a ser implantado.
- Cláusula 87 A implantação de alterações estruturais nos serviços, como a operação dos BRTs ou a instalação da rede integrada com o VLT será objeto de reavaliação da situação econômico-financeira da Concessão.

CAPÍTULO XVII – DO ESTABELECIMENTO DO CONTRATO

(Redação no caso de consórcio. Desconsiderar em caso contrário)

- Cláusula 88 O presente instrumento é assinado por Consórcio regido pelo documento de constituição apresentado pelas empresas que o integram, devidamente registrado e que passa a constituir parte indissociável deste instrumento.
- Parágrafo 1º As eventuais alterações do instrumento de constituição do Consórcio deverão ser previamente submetidas à aprovação da Concedente, passando a integrar este Contrato, caso aprovadas.
- Parágrafo 2º O descumprimento do disposto no parágrafo anterior implicará a caducidade da concessão, sem prejuízo da imposição das demais penalidades cabíveis e das eventuais perdas e danos.
- Cláusula 89 As empresas que integram o Consórcio deverão obedecer a padrões de governança e adotar contabilidade e demonstrações financeiras padronizadas, na forma da regulamentação aplicável.
- Cláusula 90 A transferência da concessão e do controle societário da Concessionária é regida pela Cláusula 111 e seguintes.

(Redação no caso de empresa. Desconsiderar em caso contrário)

- Cláusula 88 O presente instrumento é assinado por pessoa jurídica regida pelo seu estatuto social, que constitui parte integrante deste Contrato de Concessão.

- Parágrafo 1º As alterações no estatuto social, assim como a celebração de acordos de acionistas ou instrumentos semelhantes e respectivos aditamentos, que possam afetar direta ou indiretamente a concessão ou que resultem em eventual transferência da concessão ou do controle societário, deverão ser previamente submetidas à aprovação da Concedente.
- Parágrafo 2º O descumprimento do disposto no parágrafo anterior implicará a caducidade da concessão, sem prejuízo da imposição das demais penalidades cabíveis e das eventuais perdas e danos.
- Cláusula 89 A Concessionária deverá obedecer a padrões de governança e adotar contabilidade e demonstrações financeiras padronizadas, na forma da regulamentação aplicável.
- Cláusula 90 A transferência da concessão e do controle societário da Concessionária é regida pela Cláusula 111 e seguintes.

CAPÍTULO XVIII – DA GARANTIA

- Cláusula 91 A Concessionária prestou garantia na modalidade de [●] observados os termos do Edital, em montante de R\$ [●] (por extenso), valor este equivalente a 5% do valor anual estimado do Contrato de Concessão, conforme Cláusula 117.
- Parágrafo 1º Anualmente, até o dia [●/●] (completar com o dia e mês igual ao da data da assinatura do contrato), a Concessionária deverá renovar a garantia de execução contratual sob pena de declaração de caducidade do Contrato, com valor atualizado pela variação do valor da tarifa básica entre a data de apresentação da garantia renovada e a data de assinatura deste contrato.
- Parágrafo 2º Poderá haver substituição entre modalidades de garantia, durante a vigência do Contrato de Concessão desde que previamente aprovada pela Concedente.
- Parágrafo 3º A garantia feita por meio de Títulos da Dívida Pública ou por Seguro-Garantia, deverá ter prazo de validade compatível com o prazo para a sua devolução.
- Cláusula 92 O valor da garantia poderá ser utilizado para, dentre outros objetivos, realizar, em favor da Concedente, o pagamento de penalidades, verbas indenizatórias e valores de outorga devidos pela Concessionária.

- Parágrafo 1º Caso o valor da garantia não seja suficiente para o pagamento das penalidades ou verbas indenizatórias, a Concessionária permanecerá pessoalmente responsável pela diferença.
- Parágrafo 2º Na hipótese da execução da garantia, a CONCESSIONÁRIA deverá repô-la ou complementá-la de modo a manter o seu valor integral estabelecido nesta cláusula.
- Cláusula 93 A garantia contratual só será liberada ou restituída após o integral e satisfatório cumprimento do presente CONTRATO DE CONCESSÃO, mediante ato liberatório do PODER CONCEDENTE, de acordo com o art. 465 do RGCAF e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, podendo ser retida, se necessário, para quitar eventuais obrigações da CONCESSIONÁRIA.

CAPÍTULO XIX – DA CONTRAÇÃO DE TERCEIROS

- Cláusula 94 A Concessionária poderá, em conformidade com a legislação federal, contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades acessórias ou complementares aos serviços concedidos, bem como a implementação de projetos associados, sem prejuízo da sua responsabilidade pelos prejuízos causados ao Poder Concedente, aos usuários ou a terceiros, desde que de acordo com o estabelecido no Contrato de Concessão e mediante prévia autorização da Concedente.
- Parágrafo 1º Os contratos referidos neste item serão regidos pelo direito privado, não se estabelecendo qualquer relação jurídica entre terceiros e o Poder Concedente.
- Parágrafo 2º A execução das atividades contratadas por terceiros pressupõe o cumprimento das normas regulamentares aplicáveis.
- Parágrafo 3º A Concessionária manterá o Poder Concedente permanentemente informado a respeito dos contratos com terceiros.
- Parágrafo 4º A contratação de terceiros não configurará o instituto da sub concessão.

CAPÍTULO XX – DOS BENS REVERSÍVEIS e DESAPROPRIAÇÕES

- Cláusula 95 Constituem bens reversíveis da Concessão:
- I. Os abrigos instalados nas vias ao longo do prazo da concessão na forma do Contrato.

- II. Os meios eletrônicos de pagamento (cartões inteligentes) do Sistema de Bilhetagem Eletrônica e os créditos tarifários neles existentes que estejam em circulação ao término do prazo contratual, de forma a não causar prejuízos aos detentores dos mesmos.
- III. Outros bens, que, na forma do Contrato de Concessão, venham a ser definidos como bens reversíveis.

Parágrafo único Caso, no decorrer do prazo da concessão, a concessionária venha a realizar obras e benfeitorias no sistema viário e nos terminais relacionadas com a prestação do serviço de transporte coletivo e necessário ao melhor desenvolvimento do objeto da Concessão, devidamente justificadas e mediante ajuste com a Concedente, as mesmas reverterão ao Município ao final da concessão, ou em prazo intermediário, cabendo, na ocasião, a apuração dos valores devidos à concessionária, em processo específico, onde deverão ser apurados os valores pagos, atualizados ao longo da concessão, e o valor residual devido, tudo de acordo com as regras acordadas no ato que der origem à execução de tais obras, que será objeto de aditivo ao Contrato de Concessão.

Cláusula 96 Cabe à Concedente o ônus de realizar as desapropriações necessárias à construção de equipamentos de apoio à operação do transporte coletivo, como terminais, pontos e estações de conexão.

CAPÍTULO XXI - DAS PENALIDADES

Cláusula 97 Pela inobservância parcial das obrigações previstas na legislação em vigor e, em especial, das previstas no presente Contrato de Concessão, a Concedente poderá, de acordo com a natureza da infração, aplicar a Concessionária as seguintes sanções, sem prejuízo daquelas previstas no Regulamento de Execução e Exploração dos Serviços Públicos de Transporte Coletivo e Seletivo de Cuiabá:

- I. Advertência escrita;
- II. Multa;
- III. Apreensão de veículo;
- IV. Afastamento do pessoal;
- V. Suspensão da operação do serviço;
- VI. Declaração de caducidade da Concessão.

- Parágrafo 1º. À Concessionária será garantida ampla defesa na forma regimental disposta no Regulamento de Execução e Exploração dos Serviços Públicos de Transporte Coletivo e Seletivo de Cuiabá e na legislação.
- Parágrafo 2º. A aplicação das penalidades previstas dar-se-á sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal.
- Parágrafo 3º. A autuação ou mesmo a observância da sanção não desobriga a Concessionária de corrigir a falta que lhe deu origem nem de indenizar os prejuízos que causar.
- Cláusula 98 A Concessionária responde civilmente por danos causados a terceiros e ao patrimônio público, na forma estabelecida em lei.
- Cláusula 99 Sem prejuízo da aplicação das demais sanções previstas na legislação municipal aplicável ao serviço público de transporte coletivo ficam estabelecidas as seguintes multas pelo descumprimento do presente contrato.

I. Não cumprimento do prazo de início de operação.	Multa diária no valor equivalente ao produto de R\$ 2.100,00 (dois mil e cem reais), pela quantidade de veículos da frota total do lote, até sua regularização, em um prazo máximo de 15 (quinze) dias, e após este prazo, convertido em inadimplência total e caducidade da concessão.
II. Não cumprimento da quantidade de veículos zero quilômetros ou com as soluções de climatização apresentadas na Proposta Técnica	Multa diária no valor equivalente ao produto de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), pela quantidade de veículos da frota total do lote, até sua regularização, em um prazo máximo de 15 (quinze) dias, e após este prazo, convertido em inadimplência total e caducidade da concessão.
III. Frota em desacordo com as especificações estabelecidas.	Multa diária no valor equivalente ao produto de R\$ 1.000,00 (mil reais), pela quantidade de veículos da frota total do lote, até sua regularização, em um prazo máximo de 15 (quinze) dias.

IV. Instalações em desacordo com o estipulado no Edital de Concorrência.	Multa diária no valor equivalente ao produto de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), pela quantidade de veículos da frota total do lote, por item não cumprido, até sua regularização.
V. Manutenção de frota com idade média superior à estabelecida na Cláusula 12	Multa diária no valor equivalente ao produto de R\$ 200,00 (quatrocentos e dez reais), pela quantidade de veículos da frota total do lote até a regularização.
VI. Manutenção de veículo com idade superior ao limite máximo estabelecido na Cláusula 12	Multa diária de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) por veículo enquadrado nesta situação até sua regularização.
VII. Não cumprimento de determinação para ampliação ou redução de frota, após prazos estabelecidos na Cláusula 15	Multa diária de R\$ 1.000,00 (mil reais) por veículo determinado para ampliação ou redução.
VIII. Não cumprimento dos prazos definidos para apresentação de projetos e implantação dos sistemas (SBE, SCO e SMI)	Multa diária de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) até a sua regularização.
IX. Inadimplência parcial do contrato	2,5% (dois e meio por cento) do valor estimado do Contrato de Concessão.
X. Inadimplência total do contrato	5,0% (cinco por cento) do valor estimado do Contrato de Concessão.

- Parágrafo 1º A Concessionária autuada poderá apresentar defesa, por escrito, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Notificação da Autuação.
- Parágrafo 2º No caso da manutenção da autuação, a Concessionária poderá interpor recurso hierárquico no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da ciência da decisão.
- Parágrafo 3º. O processo será arquivado, ao final de qualquer das fases recursais, caso o Auto de Infração seja julgado improcedente.
- Parágrafo 4º. A Concessionária terá um prazo de 30 (trinta) dias úteis para o pagamento da multa, nos seguintes casos:

- I. Data do recebimento do Auto de Infração, salvo se apresentar recurso;
- II. Data do recebimento de decisão em que não couber recurso.

Parágrafo 5º A Concedente, em face da falta de pagamento da multa, no prazo previsto no parágrafo anterior, poderá adotar isolada ou cumulativamente:

- I. Inscrição da Concessionária no Cadastro da Dívida Ativa do Município;
- II. Execução da Garantia de Obrigações Contratuais;
- III. Declaração de caducidade da Concessão.

CAPÍTULO XXII - DA INTERVENÇÃO NO SERVIÇO

Cláusula 100 Não será admitida a ameaça de interrupção, nem a solução de continuidade, bem como falta grave na prestação do serviço público essencial de transporte coletivo de passageiros, o qual deverá estar à permanente disposição do usuário.

Parágrafo 1º. Para assegurar a continuidade do serviço ou para sanar falta grave na respectiva prestação, a Concedente, poderá intervir na execução dos serviços, assumindo-o total ou parcialmente, através da assunção do controle dos meios materiais e humanos utilizados pela Concessionária, vinculados ao serviço, ou através de outros meios, a seu exclusivo critério.

Parágrafo 2º. Para os efeitos desta Cláusula, será considerado caso de falta grave na prestação do serviço, quando a Concessionária:

- I. Realizar “lock-out”, ainda que parcial;
- II. Apresentar elevado índice de acidentes na operação, por falta ou ineficiência de manutenção, bem como por imprudência de seus prepostos;
- III. Operar com veículos sem manutenção periódica ou em estado de conservação, que não assegure condições adequadas de utilização;
- IV. Incorrer em infração que seja considerado motivo para a rescisão do vínculo jurídico pelo qual lhe foi concedido o serviço;

Cláusula 101 A Concedente não se responsabilizará pelos pagamentos vencidos anteriormente ao ato de intervenção, nem pelos que vencerem após seu termo inicial, exceto aqueles considerados indispensáveis à continuidade da operação dos serviços, desde que o ato de autorização de pagamento seja devidamente motivado e instruído.

Cláusula 102 Finda a intervenção, a Concedente devolverá as instalações, equipamentos, meios e veículos nas mesmas condições em que os recebeu, salvo os desgastes naturais decorrentes do uso normal e decurso do tempo.

Cláusula 103 Caso o Concedente seja obrigada, para manter a operação do serviço, a arcar com algum gasto que exceda os valores com despesas correntes (combustível, pneus, peças e acessórios, despesas de administração e com pessoal), será reembolsada pela Concessionária, podendo a Concedente descontar a diferença apurada de remunerações futuras, cessada a suspensão do Contrato de Concessão.

CAPÍTULO XXIII - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 104 A Concedente poderá extinguir a concessão, declarando a sua caducidade independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- I. O serviço estiver sendo prestado de forma inadequada ou deficiente, tendo por base as normas, critérios, indicadores e parâmetros definidores da qualidade do serviço, inclusive na hipótese de a Concessionária apresentar elevado índice de acidentes ou falhas no serviço por falta ou ineficiência de manutenção, tudo ampla e devidamente comprovado, bem como por imprudência, imperícia ou negligência de seus prepostos;
- II. A Concessionária descumprir, de forma culposa ou dolosa, cláusulas contratuais ou disposições legais ou regulamentares concernentes à concessão, o que inclui, entre outras hipóteses:
 - a) Reduzir a quantidade da frota abaixo do mínimo exigido, salvo motivo de força maior;
 - b) Retardar o início de operação dos serviços de forma não justificada;
 - c) Atrasar o pagamento dos valores relativos à outorga por mais de 90 (noventa) dias;
 - d) Transferência do Contrato de Concessão a terceiros no todo ou em parte, sem prévia e expressa anuência da Concedente.
- III. A Concessionária paralisar o serviço por mais de 24 (vinte e quatro) horas, ou concorrer para tanto, ressalvadas as hipóteses decorrentes de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovadas e comunicadas ao Poder Concedente.

- IV. A Concessionária perder as condições econômicas, técnicas ou operacionais para manter a adequada prestação do serviço concedido, o que inclui, entre outras hipóteses:
- a) Liquidação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, ou falência da empresa contratada;
 - b) Fusão, cisão ou incorporação da Concessionária, sem a prévia e expressa anuência da Concedente;
 - c) Penhora, arresto, busca e apreensão ou depósito judicial que incidam sobre mais de 20% dos veículos que integram a frota vinculada ao serviço;
 - d) A Concessionária não cumprir as penalidades impostas por infrações, nos devidos prazos.
- V. A Concessionária não atender a intimação do poder concedente no sentido de regularizar a prestação do serviço.
- VI. A Concessionária for condenada em sentença transitada em julgado por sonegação de tributos, inclusive contribuições sociais.
- VII. A Concessionária não observar o disposto na Cláusula 111 e na Cláusula 116 deste contrato.

Parágrafo único A Concedente comunicará à Concessionária, detalhadamente, os descumprimentos contratuais referidos nesta cláusula, antes da instauração de processo administrativo de inadimplência, dando-lhe um prazo para a correção das falhas e transgressões apontadas e para o enquadramento, nos termos deste contrato.

Cláusula 105 Para a declaração da caducidade da Concessão o Concedente notificará a Concessionária para esse fim concedendo-lhe o prazo de 15 (quinze) dias para apresentar defesa.

Cláusula 106 Enquanto não for devidamente formalizada a declaração de caducidade do Contrato de Concessão, a Concedente poderá, se necessário, colocar outros veículos, seus ou de terceiros, em lugar daqueles da Concessionária e tomar as providências previstas para os casos de interrupção ou deficiência grave na prestação de serviço, inclusive a requisição administrativa de bens e pessoal da Concessionária.

Parágrafo único A implementação das medidas previstas no caput desta cláusula não ensejará direito à indenização ou a revisão do equilíbrio econômico-financeiro em favor da Concessionária.

- Cláusula 107 Ressalvada decisão do Poder Judiciário, não caberá à Concessionária direito à indenização, além dos valores devidos em decorrência dos serviços efetivamente prestados até a data da cassação, salvo os direitos de retenção de eventuais créditos apurados em favor da Concedente.
- Cláusula 108 A concessão extinguir-se-á ainda por advento do termo contratual, encampação, rescisão, anulação e falência ou extinção da empresa concessionária e falecimento ou incapacidade do titular, no caso de empresa individual, na forma da legislação federal aplicável.
- Cláusula 109 A caducidade do Contrato de Concessão ensejada por infração contratual poderá acarretar à Concessionária a declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública Municipal, nos termos da legislação em vigor.
- Cláusula 110 Além dos casos de caducidade e do advento do termo contratual, sem a respectiva prorrogação, o contrato de concessão poderá ser extinto por encampação, rescisão, anulação e falência ou extinção da Concessionária.
- Parágrafo único As hipóteses previstas nesta cláusula obedecerão à legislação aplicável.

CAPÍTULO XXIV – DA TRANSFERÊNCIA

- Cláusula 111 A Concessionária não poderá transferir o presente Contrato a terceiros, no todo ou em parte, sem prévia e expressa anuência da Concedente.
- Parágrafo único Para fins de obtenção da anuência de que trata o item anterior, o pretendente deverá:
- I. Atender às exigências de capacidade técnica, idoneidade financeira e regularidade jurídica e fiscal necessárias à assunção dos serviços; e
 - II. Comprometer-se a cumprir todas as cláusulas do presente contrato.
- Cláusula 112 A Concedente só apreciará eventuais pedidos formulados na forma da Cláusula 110 se a Concessionária assumir responsabilidade integral e solidária pelo cumprimento das obrigações decorrentes do Acordo Operacional referido na Cláusula 79 pelo novo concessionário ou pelo novo controlador, conforme o caso

- Cláusula 113 A Concedente poderá autorizar a assunção do controle da Concessionária por seus financiadores para promover sua reestruturação financeira e assegurar a continuidade da prestação dos serviços, em caráter temporário.
- Parágrafo 1º Ocorrendo o disposto nesta cláusula, a Concedente exigirá dos financiadores que atendam às exigências de regularidade jurídica e fiscal, bem como ao disposto na Cláusula 111, dispensando-se, a critério da Concedente, os requisitos de capacidade técnica e econômica, se necessário para a preservação da continuidade dos serviços.
- Parágrafo 2º A Concedente exigirá dos financiadores, termo de compromisso dispondo que os serviços continuarão a se processar nos termos vigentes do Contrato.
- Cláusula 114 A assunção do controle autorizada na forma desta Cláusula não alterará as obrigações da Concessionária e de seus controladores ante à Concedente.
- Cláusula 115 Deverão ser submetidos à prévia aprovação da Concedente todos os acordos de acionistas ou instrumentos semelhantes que venham a ser celebrados para disciplinar o direito de voto e a transferência de ações da Concessionária, bem como seus respectivos aditamentos, que possam afetar direta ou indiretamente a concessão ou que resultem em eventual transferência da concessão ou do controle societário
- Cláusula 116 Dependerá de prévia e expressa autorização da Concedente a prática dos seguintes atos.
- I. Alteração da razão social ou denominação da Concessionária;
 - II. Fusão, cisão ou incorporação;
 - III. Transferência de controle da Concessionária

CAPÍTULO XXV – DO VALOR DO CONTRATO

- Cláusula 117 Para todos os fins, este Contrato de Concessão tem como valor o montante de R\$ [●] (por extenso), correspondendo ao valor global dos investimentos estimados para a concessão, trazidos a valor presente de ** de **.

(Preencher com os valores correspondentes ao lote, de acordo com o Anexo 6 do Edital)

CAPÍTULO XXVI – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- Cláusula 118 A Concessionária, além dos encargos assumidos neste Contrato de Concessão, obriga-se diretamente por quaisquer ações, reclamações ou reivindicações judiciais e/ou administrativas: civil, comercial, trabalhista, tributária, previdenciária ou de qualquer outra natureza, postuladas em razão da execução do serviço, objeto deste Contrato de Concessão, na condição de única e exclusiva empregadora e responsável por quaisquer ônus decorrentes de tais ações, reclamações e reivindicações, durante e após a vigência deste instrumento.
- Cláusula 119 Em caso de desapropriação de qualquer bem vinculado ao presente Contrato de Concessão, durante a sua vigência, esta ocorrerá de acordo com a lei de desapropriação vigente no momento da publicação do ato expropriatório.
- Cláusula 120 Nas hipóteses de extinção do contrato que, segundo as normas gerais federais, gerem obrigação de indenização por parte da Concedente, esta será calculada na forma prevista no artigo 36 da Lei Federal nº. 8.987/95.
- Cláusula 121 Na vigência do contrato a Concessionária poderá realizar outras obras e benfeitorias públicas relacionadas com a prestação do serviço de transporte coletivo e necessárias ao melhor desenvolvimento do objeto da Concessão, devidamente justificadas e mediante acordo com a Concedente.
- Parágrafo 1º. Nos casos previstos nesta cláusula a Concedente realizará a especificação dos serviços e obras, a estimativa dos valores, a fiscalização sobre sua execução e a apuração final dos valores despendidos em conformidade com o ajuste realizado.
- Parágrafo 2º. A forma de pagamento dos valores correspondentes às obras e serviços deverá ser definida por acordo entre as partes, podendo incluir eventual utilização dos recursos de pagamento do valor de outorga.
- Parágrafo 3º. As obras e benfeitorias públicas, realizadas na forma desta cláusula, reverterão à Concedente ao final da Concessão, cabendo, na ocasião, a apuração dos valores devidos à Concessionária, em processo específico, onde deverão ser apurados os valores pagos, atualizados ao longo da concessão, e o valor residual devido, tudo de acordo com as regras acordadas na forma do parágrafo 2º.
- Parágrafo 4º. Todos os ajustes entre a Concessionária e a Concedente que são objeto desta cláusula deverão ser realizados na forma de aditivo contratual.

- Parágrafo 5º. Todas as desapropriações necessárias à realização de obras e benfeitorias públicas relacionadas com a prestação do serviço de transporte serão realizadas pela Concedente, salvo definição em contrário.
- Cláusula 122 Se qualquer das partes, em benefício de outra, permitir, mesmo por omissão, a inobservância, no todo ou em parte, de qualquer das cláusulas e condições deste Contrato de Concessão, tal fato não poderá liberar, desonerar ou, de qualquer forma, afetar ou prejudicar essas mesmas cláusulas e condições, as quais permanecerão inalteradas como se nenhuma tolerância houvesse ocorrido.
- Cláusula 123 As comunicações entre as partes serão efetuadas por escrito e remetidas por uma das seguintes formas:
- I. Em mãos, desde que comprovadas por protocolo;
 - II. Por fax, desde que comprovada a recepção;
 - III. Por correio registrado, com aviso de recebimento; e
 - IV. Por correio eletrônico, desde que comprovada a recepção.
- Parágrafo 1º As partes comunicarão mutuamente no prazo de 5 (cinco) dias a contar da assinatura deste Contrato, a identificação dos interlocutores para as questões de ordem administrativa.
- Parágrafo 2º Qualquer das partes poderá modificar os dados de envio de correspondência, mediante comunicação à outra parte.
- Cláusula 124 Na contagem dos prazos referidos no presente Contrato, exclui-se o dia de início e inclui-se o do vencimento.
- Parágrafo único Os prazos estabelecidos em dias no presente contrato, contar-se-ão em dias corridos, salvo se estiver expressamente feita referência a dias úteis.
- Cláusula 125 São partes integrantes deste contrato o Edital da Concorrência e seus anexos, as propostas técnica e de valor de outorga apresentada pela Concessionária, incluindo os estudos econômicos apresentados.
- Cláusula 126 As partes, em havendo divergência quanto à interpretação do contrato, deverão, de boa fé, tentar solucioná-las amigavelmente antes de levar a questão ao Judiciário.

Cláusula 127 A Concedente promoverá a publicação do extrato deste instrumento no Diário Oficial do Município no prazo de 10 (dez) dias contados da sua assinatura.

Cláusula 128 A Concedente providenciará a remessa de cópias autênticas do presente instrumento ao órgão de controle interno do Município no prazo de 5 (cinco) dias contados da sua assinatura e ao Tribunal de Contas dos Municípios em igual prazo, contados da sua publicação.

Cláusula 129 As partes estabelecem o Foro da Comarca de Cuiabá como instância para dirimir qualquer dúvida judicial decorrente da aplicação deste contrato.

Cuiabá, [●] de [●] de [●].

Concedente

Sr. _____
Prefeito Municipal

Sr. _____
Secretário de Mobilidade

Concessionária

Sr. _____

Sr. _____

Sr. _____

Sr. _____

Testemunhas

Sr. _____
RG:

Sr. _____
RG:

Concorrência [●]

Processo Administrativo [●]

Concessão do Serviço Público Municipal de Transporte Coletivo de Passageiros da Cidade de
Cuiabá

Anexo 3 - Modelos e instruções para a apresentação da proposta

Versão Consulta Pública

Minuta Consulta Pública

Anexo 3.1 Modelos de declarações e outros documentos

Minuta Consulta Pública

Anexo 3.1 Modelos de declarações

Modelo 3.1	Carta de credenciamento
Modelo 3.2	Credenciamento para a visita técnica
Modelo 3.3	Compromisso formal de disponibilidade de pessoal
Modelo 3.4	Compromisso formal de disponibilidade de frota
Modelo 3.5	Compromisso formal de disponibilidade de garagem
Modelo 3.6	Compromisso formal de manter durante a vigência da concessão, administração específica e escrituração de natureza contábil, fiscal, trabalhista e previdenciária formulada em separado
Modelo 3.7	Compromisso formal de implantação dos sistemas tecnológicos
Modelo 3.8	Compromisso formal de divulgar e fazer cumprir o Código de Conduta do serviço de transporte coletivo de Cuiabá
Modelo 3.9	Compromisso formal de implementar os processos de gestão da qualidade e de desenvolver os planos de recuperação de indicadores conforme apurado no Sistema de Controle da Qualidade
Modelo 3.10	Compromisso formal de priorizar a contratação de mão-de-obra que atue na prestação do serviço de transporte coletivo em Cuiabá
Modelo 3.11	Compromisso formal de treinamento de motoristas
Modelo 3.12	Certificado de Visita Técnica
Modelo 3.13	Declaração de profissional detentor de capacidade técnico-profissional
Modelo 3.14	Compromisso formal de manutenção do profissional indicado para a comprovação de capacidade técnico-profissional
Modelo 3.15	Modelo de demonstrativo do cálculo do Índice de Solvência Geral - ISG
Modelo 3.16	Modelo de recibo de garantia de proposta
Modelo 3.17	Declaração de desimpedimentos
Modelo 3.18	Declaração de Observância às Restrições do Trabalho de Menores
Modelo 3.19	Declaração de aceitação das condições do Edital para a execução dos serviços
Modelo 3.20	Declaração de pleno conhecimento do objeto e local de execução dos serviços (aplicável apenas aos licitantes que tenham optado por não realizar a visita técnica)

Modelo 3.1. – Carta de credenciamento

A Prefeitura Municipal de Cuiabá
Concorrência Pública nº [•] – Processo Administrativo [•]
Concessão do Serviço Público Municipal de Transporte Coletivo de Passageiros da Cidade de Cuiabá

Licitante: [nome da empresa ou do consórcio]
Lote em que participa: [•]

Prezados Senhores,

A licitante, acima indicada, através do seu representante legal infra-assinado, credencia a(s) pessoa(s) designada(s) abaixo, delegando poderes totais para representá-la perante o Município de Cuiabá, em todos os atos da Concorrência referenciada, inclusive para desistir ou interpor recursos administrativos, exceto para a assinatura do Contrato.

Credenciados:

1º Credenciado: [nome do credenciado] - [RG e CPF]

2º Credenciado: [nome do credenciado] - [RG e CPF]

Cuiabá, [•] de [•] de 2016

Assinatura do representante legal da pessoa jurídica

Nome:

RG:

CPF:

Observações sobre este documento: (i) Em caso de proposta apresentada em consórcio, o documento deverá ser assinado pelo representante legal estabelecido no Compromisso de Constituição do Consórcio; (ii) Junto com este documento, deverão ser apresentados os documentos que conferem poderes de representação ao signatário; (iii) é facultativo o credenciamento de duas pessoas; (iv) Não é necessário que, caso houver, os dois credenciados estejam presentes às sessões; (v) O credenciamento não obriga a presença do credenciado nas sessões.

Modelo 3.2. – Credenciamento para a visita técnica

A Prefeitura Municipal de Cuiabá
Concorrência Pública nº [•] – Processo Administrativo [•]
Concessão do Serviço Público Municipal de Transporte Coletivo de Passageiros da Cidade de Cuiabá

[nome da empresa]

Prezados Senhores,

A [empresa], registrada no CNPJ sob nº [•], através do seu representante legal infra-assinado, credencia a pessoa abaixo indicada para representá-la perante o Município de Cuiabá, na visita técnica que será agendada.

Credenciado: [nome do credenciado] - [RG e CPF]

Cuiabá, [•] de [•] de 2016

Assinatura do representante legal da pessoa jurídica

Nome:

RG:

CPF:

Modelo 3.3. – Compromisso formal de disponibilidade de pessoal

A Prefeitura Municipal de Cuiabá
Concorrência Pública nº [•] – Processo Administrativo [•]
Concessão do Serviço Público Municipal de Transporte Coletivo de Passageiros da Cidade de Cuiabá

Licitante: [nome da empresa ou do consórcio]
Lote em que participa: [•]

Prezados Senhores,

A licitante, acima indicada, através do seu representante legal infra-assinado, declara que para o início da operação dos serviços, no prazo máximo apresentado na Proposta Técnica, estarão plenamente disponíveis os recursos humanos necessários à operação dos serviços, adequadamente capacitados para o exercício das funções.

Cuiabá, [•] de [•] de 2016

Assinatura do representante legal da pessoa jurídica

Nome:

RG:

CPF:

Modelo 3.4. – Compromisso formal de disponibilidade de frota

A Prefeitura Municipal de Cuiabá

Concorrência Pública nº [•] – Processo Administrativo [•]

Concessão do Serviço Público Municipal de Transporte Coletivo de Passageiros da Cidade de Cuiabá

Licitante: [nome da empresa ou do consórcio]

Lote em que participa: [•]

Prezados Senhores,

A licitante, acima indicada, através do seu representante legal infra-assinado, declara que para o início da operação dos serviços, no prazo máximo apresentado na Proposta Técnica, estará plenamente disponível a frota de veículos, em quantidade e características, conforme definições e especificações básicas do Edital.

Cuiabá, [•] de [•] de 2016

Assinatura do representante legal da pessoa jurídica

Nome:

RG:

CPF:

Modelo 3.5. – Compromisso formal de disponibilidade de garagem

A Prefeitura Municipal de Cuiabá
Concorrência Pública nº [•] – Processo Administrativo [•]
Concessão do Serviço Público Municipal de Transporte Coletivo de Passageiros da Cidade de Cuiabá

Licitante: [nome da empresa ou do consórcio]
Lote em que participa: [•]

Prezados Senhores,

A licitante, acima indicada, através do seu representante legal infra-assinado, declara que para o início da operação dos serviços, no prazo máximo apresentado na Proposta Técnica, terá disponível garagem ou garagens para a realização dos serviços em observância das especificações do Edital e seus Anexos.

Anexo, apresentam-se os documentos comprobatórios desta disponibilidade, nos termos do item 10.3.3 do Edital.

Cuiabá, [•] de [•] de 2016

Assinatura do representante legal da pessoa jurídica

Nome:

RG:

CPF:

Modelo 3.6. – Compromisso formal de manter durante a vigência da concessão, administração específica e escrituração de natureza contábil, fiscal, trabalhista e previdenciária formulada em separado

A Prefeitura Municipal de Cuiabá
Concorrência Pública nº [•] – Processo Administrativo [•]
Concessão do Serviço Público Municipal de Transporte Coletivo de Passageiros da Cidade de Cuiabá

Licitante: [nome da empresa ou do consórcio]
Lote em que participa: [•]

Prezados Senhores,

A licitante, acima indicada, através do seu representante legal infra-assinado, declara que ao longo da vigência da concessão será mantida escrituração contábil, fiscal, trabalhista e previdenciária formulada em separado de qualquer outra atividade realizada pela empresa, nos termos do plano de contas e modelos estabelecidos pela Concedente.

Cuiabá, [•] de [•] de 2016

Assinatura do representante legal da pessoa jurídica

Nome:

RG:

CPF:

Modelo 3.7. – Compromisso formal de implantação dos sistemas tecnológicos

A Prefeitura Municipal de Cuiabá

Concorrência Pública nº [•] – Processo Administrativo [•]

Concessão do Serviço Público Municipal de Transporte Coletivo de Passageiros da Cidade de Cuiabá

Licitante: [nome da empresa ou do consórcio]

Lote em que participa: [•]

Prezados Senhores,

A licitante, acima indicada, através do seu representante legal infra-assinado, declara que:

- a) Os sistemas tecnológicos especificados no Anexo 1 do Edital serão implantados e estarão plenamente disponíveis nos prazos e condições definidas nestes anexos;
- b) Nos submeteremos integralmente ao acompanhamento e fiscalização realizada pela Prefeitura Municipal de Cuiabá relativo a estas implantações.
- c) Disponibilizaremos à Prefeitura Municipal de Cuiabá, nas condições especificadas no Edital e Anexos, as informações e dados primários oriundos da implantação dos sistemas tecnológicos.

Cuiabá, [•] de [•] de 2016

Assinatura do representante legal da pessoa jurídica

Nome:

RG:

CPF:

Modelo 3.8. – Compromisso formal de divulgar e fazer cumprir o Código de Conduta do serviço de transporte coletivo de Cuiabá

A Prefeitura Municipal de Cuiabá
Concorrência Pública nº [•] – Processo Administrativo [•]
Concessão do Serviço Público Municipal de Transporte Coletivo de Passageiros da Cidade de Cuiabá

Licitante: [nome da empresa ou do consórcio]
Lote em que participa: [•]

Prezados Senhores,

A licitante, acima indicada, através do seu representante legal infra-assinado, declara o compromisso de divulgar junto a todos os empregados da empresa o Código de Conduta do Serviço de Transporte Coletivo de Cuiabá, empregando-o ainda, de modo permanente, nos treinamentos a serem realizados junto aos profissionais em contato direto com o público e nas campanhas de esclarecimento junto aos usuários do serviço.

Cuiabá, [•] de [•] de 2016

Assinatura do representante legal da pessoa jurídica

Nome:

RG:

CPF:

Modelo 3.9. – Compromisso formal de implementar os processos de gestão da qualidade e de desenvolver os planos de recuperação de indicadores conforme apurado no Sistema de Controle da Qualidade

A Prefeitura Municipal de Cuiabá
Concorrência Pública nº [•] – Processo Administrativo [•]
Concessão do Serviço Público Municipal de Transporte Coletivo de Passageiros da Cidade de Cuiabá

Licitante: [nome da empresa ou do consórcio]
Lote em que participa: [•]

Prezados Senhores,

A licitante, acima indicada, através do seu representante legal infra-assinado, declara que:

- a) Temos pleno conhecimento do Sistema de Controle da Qualidade do SIT-Cuiabá que será implantado pela Prefeitura Municipal de Cuiabá, conforme estabelecido no Anexo 1 do Edital;
- b) Que promoveremos as ações necessárias à implantação de processos de gestão da qualidade no âmbito das atividades desenvolvidas pela empresa [substituir por consórcio, se o caso];
- c) Que produziremos e implantaremos os planos de recuperação da qualidade quando da ocorrência de indicadores em situação de não conformidade conforme apurado pelo Sistema de Controle da Qualidade do SIT-Cuiabá;
- d) Que contribuiremos com todas as informações necessárias à apuração dos indicadores de qualidade dos serviços, bem como, com a evolução e com o aperfeiçoamento do Sistema de Controle da Qualidade do SIT-Cuiabá.

Cuiabá, [•] de [•] de 2016

Assinatura do representante legal da pessoa jurídica

Nome:

RG:

CPF:

Modelo 3.10. – Compromisso formal de priorizar a contratação de mão-de-obra que atue na prestação do serviço de transporte coletivo em Cuiabá

A Prefeitura Municipal de Cuiabá
Concorrência Pública nº [•] – Processo Administrativo [•]
Concessão do Serviço Público Municipal de Transporte Coletivo de Passageiros da Cidade de Cuiabá

Licitante: [nome da empresa ou do consórcio]

Lote em que participa: [•]

Prezados Senhores,

A licitante, acima indicada, através do seu representante legal infra-assinado, declara o firme compromisso de contratar, para o início de operação, de forma prioritária, observadas as limitações de saúde ocupacional e restrições de processos criminais, os empregados que atuem na prestação do serviço de transporte coletivo em Cuiabá, sem que isso se constitua em qualquer vínculo de sucessão trabalhista em relação aos empregadores a época.

Cuiabá, [•] de [•] de 2016

Assinatura do representante legal da pessoa jurídica

Nome:

RG:

CPF:

Modelo 3.11. – Compromisso formal de treinamento de motoristas

A Prefeitura Municipal de Cuiabá

Concorrência Pública nº [•] – Processo Administrativo [•]

Concessão do Serviço Público Municipal de Transporte Coletivo de Passageiros da Cidade de Cuiabá

Licitante: [nome da empresa ou do consórcio]

Lote em que participa: [•]

Prezados Senhores,

A licitante, acima indicada, através do seu representante legal infra-assinado, declara que realizará anualmente, durante o prazo da concessão, um treinamento geral para todos os motoristas da empresa e demais funcionários em contato com o público, com os seguintes conteúdos mínimos:

- Direção defensiva (apenas para motoristas);
- Relação com o público e Código de Conduta do Serviço de Transporte Coletivo de Cuiabá;

Declaramos também, que a cada período de 12 meses a contar da data de início da operação dos serviços, enviaremos a relação de pessoas treinadas com respectivos nomes, funções e cargas horárias à Prefeitura Municipal de Cuiabá.

Cuiabá, [•] de [•] de 2016

Assinatura do representante legal da pessoa jurídica

Nome:

RG:

CPF:

Modelo 3.12. – Certificado de Visita Técnica

[timbrado da Prefeitura Municipal de Cuiabá]

A [nome da empresa]

Concorrência Pública nº [•] – Processo Administrativo [•]

Concessão do Serviço Público Municipal de Transporte Coletivo de Passageiros da Cidade de Cuiabá

Prezados Senhores,

A Prefeitura Municipal de Cuiabá, através de seu representante infra-assinado, declara que a [nome da empresa], inscrita no CNPJ sob nº [•], realizou no dia [•]/[•]/[•] a visita técnica ao Município de Cuiabá para conhecimento do serviço de transporte coletivo, sistema viário, equipamentos de integração e outras informações relevantes para o oferecimento de proposta à concorrência em epígrafe, através do seu representante, devidamente credenciado Sr. [•], portador do RG [•].

Cuiabá, [•] de [•] de 2016

Assinatura do representante do Município de Cuiabá

Nome:

RG:

CPF:

Modelo 3.13. – Declaração de profissional detentor de capacidade técnico-profissional

A Prefeitura Municipal de Cuiabá
Concorrência Pública nº [•] – Processo Administrativo [•]
Concessão do Serviço Público Municipal de Transporte Coletivo de Passageiros da Cidade de
Cuiabá

Prezados Senhores,

[nome do profissional], portador do RG [•] e CPF [•], declaro que aceito a minha inclusão na proposta apresentada pela [nome da licitante], para fins de comprovação da experiência técnico-profissional, comprometendo-me a atuar como responsável técnico pelas atividades da empresa em relação ao contrato de concessão decorrente da Concorrência ##.

Cuiabá, [•] de [•] de 2016

[Assinatura do profissional]

Modelo 3.14. – Compromisso formal de manutenção do profissional indicado para a
comprovação de capacidade técnico-profissional

A Prefeitura Municipal de Cuiabá
Concorrência Pública nº [•] – Processo Administrativo [•]
Concessão do Serviço Público Municipal de Transporte Coletivo de Passageiros da Cidade de
Cuiabá

Licitante: [nome da empresa ou do consórcio]
Lote em que participa: [•]

Prezados Senhores,

A licitante, acima indicada, através do seu representante legal infra-assinado, declara que manteremos em nosso quadro permanente o profissional indicado para a comprovação da experiência técnico-profissional ou outro profissional que atenda as mesmas exigências em substituição a ele, em caso de seu desligamento do quadro permanente, observada a anuência da Prefeitura Municipal de Cuiabá, nos termos do § 10 do Artigo 30 da Lei 8.666/93.

Cuiabá, [•] de [•] de 2016

Assinatura do representante legal da pessoa jurídica

Nome:

RG:

CPF:

Modelo 3.15. – Modelo de demonstrativo do cálculo do Índice de Solvência Geral - ISG

A Prefeitura Municipal de Cuiabá
Concorrência Pública nº [•] – Processo Administrativo [•]
Concessão do Serviço Público Municipal de Transporte Coletivo de Passageiros da Cidade de Cuiabá

[nome da empresa]
Lote em que participa: [•]

Prezados Senhores,

Em conformidade com os valores do balanço patrimonial do exercício de [•], demonstramos a seguir os cálculos dos índices contábeis estabelecidos no Edital.

Dados de entrada dos cálculos

Item	Valor (R\$)
PC (Passivo circulante)	[•]
ELP (Exigível a longo prazo)	[•]
AT (Ativo total)	[•]

Cálculos

Índice de Solvência Geral	$AT \div (ELP + PC) = [•]$
---------------------------	----------------------------

Cuiabá, [•] de [•] de 2016

[nome do signatário pela empresa]
[cargo ou função]
[RG e CPF]

[nome do profissional de ciências contábeis]
[RG e CPF]
[CRC]

Obs. (i) Em caso de consórcio, este demonstrativo deverá ser apresentado por todas as empresas que o integrem; (ii)

o índice deverá ser calculado com duas casas decimais, arredondando-se as frações para o centésimo mais próximo, superior ou inferior.

Modelo 3.16. – Modelo de recibo de garantia de proposta

Cuiabá, [•] de [•] de 2016

Ao Presidente da Comissão de Licitação

Assunto: Recibo de Garantia de Proposta (modelo 12)

Prezados Senhores,

Recebemos de [nome do proponente]; CNPJ [•], nesta data, o valor de R\$ [•] (por extenso) correspondente a Garantia de Proposta para participação na Concorrência Pública nº [•] – Processo Administrativo [•], cujo objeto é a Concessão do Serviço Público Municipal de Transporte Coletivo de Passageiros da Cidade de Cuiabá, em conformidade com o disposto no Edital mediante [especificar a forma como foi realizada a garantia de proposta]

Assinatura e carimbo do representante da Secretaria Municipal de Gestão

Nome:

RG:

CPF:

Modelo 3.17. – Declaração de desimpedimentos

A Prefeitura Municipal de Cuiabá
Concorrência Pública nº [•] – Processo Administrativo [•]
Concessão do Serviço Público Municipal de Transporte Coletivo de Passageiros da Cidade de Cuiabá

[nome da empresa]
Lote em que participa: [•]

Prezados Senhores,

A [empresa], registrada no CNPJ sob nº [•], através do seu representante legal infra-assinado, declara sob as penas da lei, que a empresa não incorre em qualquer dos impedimentos previstos no item 5.2. do Edital, a saber:

- a) Não fomos declarados inidôneos por ato do Poder Público ou fomos suspensos do direito de licitar ou contratar com a Administração Municipal;
- b) Não nos encontramos em processo de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial;
- c) Não estamos impedidos de licitar, contratar, transacionar com a Administração municipal e quaisquer de seus órgãos descentralizados;
- d) Não estamos em liquidação ou dissolução;
- e) Não estamos enquadrados nas disposições contidas no art. 9º da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores;
- f) Não temos qualquer dirigente, sócio, gerente, responsável técnico ou legal, membro de conselhos internos, ocupante de cargo, emprego ou função pública na Administração Direta ou Indireta Municipal de Cuiabá, bem como membro da Comissão de Licitação;
- g) Não temos qualquer participação societária ou temos sócios comum, independente da participação societária, com outra licitante.

Cuiabá, [•] de [•] de 2016

Assinatura do representante legal da pessoa jurídica
Nome:
RG:
CPF:

Modelo 3.18. – Declaração de Observância às Restrições do Trabalho de Menores

A Prefeitura Municipal de Cuiabá

Concorrência Pública nº [•] – Processo Administrativo [•]

Concessão do Serviço Público Municipal de Transporte Coletivo de Passageiros da Cidade de Cuiabá

Licitante: [nome da empresa ou do consórcio]

Lote em que participa: [•]

Prezados Senhores,

A [empresa], registrada no CNPJ sob nº [•], com sede na [endereço] por seu(s) representante(s) legal(is) que esta subscrevem, declara, sob as penas da lei, que não utiliza em seus quadros funcionais a mão-de-obra de menores, nas idades e condições elencadas no inciso XXXIII, art. 7º da Constituição Federal, em conformidade com a lei nº 9.854, de 27/10/99.

(No caso de utilização de menor aprendiz, constar tal ressalva).

Cuiabá, [•] de [•] de 2016

Assinatura do representante legal da pessoa jurídica

Nome:

RG:

CPF:

Modelo 3.19. – Declaração de aceitação das condições do Edital para a execução dos serviços

A Prefeitura Municipal de Cuiabá

Concorrência Pública nº [•] – Processo Administrativo [•]

Concessão do Serviço Público Municipal de Transporte Coletivo de Passageiros da Cidade de Cuiabá

[nome da empresa]

Lote em que participa: [•]

Prezados Senhores,

A [empresa], registrada no CNPJ sob nº [•], através do seu representante legal infra-assinado, declara o pleno conhecimento do Edital supra e seus Anexos, bem como que aceitamos irrestritamente as condições definidas para a prestação dos serviços conforme disposto nestes documentos.

Cuiabá, [•] de [•] de 2016

Assinatura do representante legal da pessoa jurídica

Nome:

RG:

CPF:

Modelo 3.20. – Declaração de pleno conhecimento do objeto e local de execução dos serviços
(aplicável apenas aos licitantes que tenham optado por não realizar a visita técnica)

A Prefeitura Municipal de Cuiabá
Concorrência Pública nº [•] – Processo Administrativo [•]
Concessão do Serviço Público Municipal de Transporte Coletivo de Passageiros da Cidade de
Cuiabá

[nome da empresa]
Lote em que participa: [•]

Prezados Senhores,

A [empresa], registrada no CNPJ sob nº [•], através do seu representante legal infra-assinado, declara que detém pleno conhecimento da área urbana de Cuiabá, onde serão prestados os serviços de transporte coletivo objeto da licitação seu sistema viário; quanto às características do sistema viário principal e dos equipamentos de integração; sobre o atual sistema de cobrança de passagens e demais condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos.

Cuiabá, [•] de [•] de 2016

Assinatura do representante legal da pessoa jurídica

Nome:

RG:

CPF:

Anexo 3.2 Instruções para a apresentação da Proposta Técnica

Minuta Consulta Pública

O proponente apresentará a sua Proposta Técnica, correspondente ao lote no qual esteja concorrendo, através da documentação relacionada a seguir, a qual deverá ser apresentada em tantos volumes quanto forem necessários observando-se as seguintes instruções:

- a) Todas as folhas serão numeradas, incluindo a capa do volume em ordem sequencial, independentemente da quantidade de volumes;
- b) A última página conterá um “Termo de Encerramento” na qual deverá estar declarada a quantidade total de páginas, incluindo o próprio termo. Caso ocorra algum erro na numeração das páginas, como salto na numeração ou repetição de número de página, tal fato deverá constar deste Termo, com a indicação do número das páginas correspondentes;
- c) A Proposta conterá uma capa com a identificação da proponente, da Concorrência e do Lote para a qual está sendo apresentada;
- d) A Proposta conterá na abertura, uma folha com o seu índice analítico.

A Proposta Técnica deverá ser apresentada de acordo com as orientações que integram este anexo, sendo composta por:

- a) Histórico e experiência anterior
- b) Proposta de prazo de implantação.
- c) Proposta de qualidade de frota

Os proponentes deverão atentar para a vinculação da proposta técnica ao contrato a ser firmado, logo, as definições e proposições apresentadas serão objeto de fiscalização e auditoria para fins de verificação do cumprimento do contrato.

1.1 Histórico e experiência anterior

O licitante deverá apresentar a relação de serviços de prestação de serviço público de transporte coletivo urbano; e ou serviço de transporte público coletivo intermunicipal de caráter urbano e ou transporte público coletivo interestadual de caráter urbano, de passageiros por ônibus prestados pela empresa ou pelas empresas que integram o consórcio, tanto concluídos, como em andamento, através do preenchimento de tabela conforme modelo a seguir.

Empresa	Tipo do serviço	Local da prestação do serviço	Tipo de operação	Particip. no Consórcio	Frota	Obs. Frota	Data de início	Data de Término	Prazo (anos)	Número do atestado

Em relação à tabela acima, cabem as seguintes observações para o seu preenchimento:

- i. Coluna empresa: preencher com a razão social da empresa licitante, sendo que, no caso de consórcio, os dados de todas as empresas deverão estar relacionados na mesma tabela;
- ii. Coluna tipo de serviço: preencher com a modalidade do serviço, considerando os seguintes tipos: (i) serviço público de transporte coletivo urbano; (ii) serviço de transporte público coletivo intermunicipal de caráter urbano e (iii) serviço de transporte público coletivo interestadual de caráter urbano, todos com o uso de ônibus.
- iii. Coluna local da prestação do serviço: preencher com a localidade (município ou região metropolitana) para o qual foi ou está sendo prestado o serviço de transporte coletivo urbano.
- iv. Coluna tipo de operação: indicar se a operação realizada em consórcio ou não. Se consórcio, indicar “em consórcio”; se não, indicar “isolada”.
- v. Coluna participação no consórcio: preencher apenas se a operação for em consórcio, com o percentual de participação no consórcio. Caso o percentual não esteja informado no atestado, anexar o Contrato de Consórcio em que esteja indicada a participação informada.
- vi. Coluna frota: preencher com a quantidade de veículos totais que integram a frota do serviço prestado, conforme valor constante do atestado;
- vii. Coluna Obs. Frota: no caso de operação em consórcio, indicar se a frota informada refere-se à frota empregada pela empresa ou se é a total do consórcio. No caso da frota ser relativa à operação da empresa, o valor deverá constar do atestado;
- viii. Coluna data de início: preencher com a data (dia, mês e ano) ou (mês e ano) de início da prestação do serviço, conforme consta do atestado apresentado.
- ix. Coluna data de término: preencher com a data (dia, mês e ano) ou (mês e ano) de término da prestação do serviço, conforme consta do atestado apresentado. No caso de serviço em andamento, constar “em andamento”.
- x. Coluna prazo (anos): preencher com o resultado da contagem da quantidade de dias entre a data de início e a data de término da prestação do serviço, conforme atestado apresentado, cujo valor será dividido por 365 dias, considerando-se duas casas decimais. Na hipótese de o atestado referir-se à prestação de serviço em andamento, considerar-se-á, para efeito de cálculo, a data de apresentação da proposta como data de referência de término.
- xi. Coluna número do atestado: preencher com um número de ordem de identificação, a ser colocado na primeira folha do atestado apresentado, mediante pequena etiqueta.

A experiência relacionada deverá ser comprovada através de atestados emitidos por órgão público ou privado no qual deverá constar necessariamente: o tipo de serviço executado (urbano ou rodoviário), a frota envolvida (quantidade), a data de início e término (quando o caso) e o respectivo prazo.

Em nome da aplicação da competitividade do certame, poderão ser apresentados atestados em nome de sócio proprietário, administrador estatutário ou profissional contratado pela proponente que tenha exercido funções diretivas operacionais em outra empresa operadora de transporte coletivo público, desde que acompanhado de prova de vínculo com a empresa no período a que se refere o(s) atestado(s) e prova de vínculo com a proponente, nas condições abaixo descritas.

1. Para comprovação de prova de vínculo com empresa detentora de atestado de execução de serviços deverão ser anexados os seguintes documentos, conforme o caso:
 - a. Situação de sócio proprietário ou administrador estatutário: contrato social e suas alterações ou atas de eleição de diretor em nome da empresa a que se refere o atestado, indicando sua participação no período que conste deste atestado;
 - b. Situação de profissional contratado: cópia da carteira de trabalho e do livro de registro de empregado onde conste o período em que executou serviços na empresa demonstrando a existência do vínculo entre ele e a proponente no período que conste deste atestado.
2. Para comprovação de prova de vínculo com a proponente deverão ser anexados os seguintes documentos, conforme o caso:
 - a. Situação de sócio proprietário ou administrador estatutário: contrato social e suas alterações ou atas de eleição de diretor em nome da proponente;
 - b. Situação de empregado da licitante: cópia da carteira de trabalho e do livro de registro de empregado, acompanhado das declarações conforme os modelos dos Anexos 3.13 e 3.14.
 - c. Situação de profissional contratado: termo de compromisso de contrato firmado entre o profissional e a licitante, acompanhado das declarações conforme os modelos dos Anexos 3.13 e 3.14.

1.2 Proposta de prazo de implantação

O licitante deverá apresentar o prazo para o início de operação dos serviços mediante declaração com o total de dias proposto a contar da data da assinatura do contrato, observado o prazo máximo definido no Edital, conforme Modelo 3.20.

1.3 Proposta de qualidade de frota

O licitante deverá apresentar as seguintes informações relativas à frota que pretende iniciar a operação dos serviços:

- a) Quantidade de veículos 0 (zero) quilômetros propostos para o início de operação dos serviços
- b) Quantidade de veículos por tipo de solução de climatização a ser mantido no período da concessão.

Estas informações deverão ser prestadas mediante a declaração conforme Modelo 3.21, cabendo observar os parâmetros mínimos fixados no Edital.

Minuta Consulta Pública

Modelo 3.20. – Modelo de apresentação da proposta de prazo de início de operação

A Prefeitura Municipal de Cuiabá
Concorrência Pública nº [•] – Processo Administrativo [•]
Concessão do Serviço Público Municipal de Transporte Coletivo de Passageiros da Cidade de Cuiabá

[nome da empresa]
Lote em que participa: [•]

Prezados Senhores,

A [nome da licitante] através do seu representante legal, formalmente constituído e qualificado na Documentação de Habilitação, declara que o prazo máximo para o início de operação, com disponibilidade de todos os recursos em frota, garagem, instalações, processos de trabalho e pessoal em conformidade com as especificações do Edital é de ____ (por extenso) dias corridos a contar da assinatura do Contrato de Concessão

Cuiabá, [•] de [•] de 2016

Assinatura do representante legal da pessoa jurídica
Nome:
RG:
CPF:

Modelo 3.21. – Modelo de apresentação da proposta de qualidade da frota

A Prefeitura Municipal de Cuiabá
Concorrência Pública nº [•] – Processo Administrativo [•]
Concessão do Serviço Público Municipal de Transporte Coletivo de Passageiros da Cidade de Cuiabá

[nome da empresa]
Lote em que participa: [•]

Prezados Senhores,

A [nome da licitante] através do seu representante legal, formalmente constituído e qualificado na Documentação de Habilitação, declara que:

- a) Empregará, para o início de operação dos serviços, a quantidade de ____ (por extenso) veículos 0 (zero) quilômetros.
- b) Utilizará na prestação dos serviços a seguinte quantidade de veículos com solução de climatização:
 - ____ (por extenso) veículos com ar-condicionado;
 - ____ (por extenso) veículos com equipamentos de renovação forçada de ar

Cuiabá, [•] de [•] de 2016

Assinatura do representante legal da pessoa jurídica

Nome:

RG:

CPF:

Anexo 3.3 Instruções para a apresentação da Proposta de Valor de Outorga

Minuta Consulta Pública

A Proposta de Valor de Outorga deverá ser apresentada mediante os seguintes documentos:

1. **Declaração do valor de outorga** a ser pago ao Município de Cuiabá, conforme Modelo 3.21 adiante apresentado.
2. **Estudo econômico-financeiro**, a ser produzido de acordo com metodologia e técnicas consagradas de engenharia financeira e de economia, devendo permitir uma análise pormenorizada do orçamento dos serviços a serem prestados pelo licitante, do fluxo de caixa da concessão e dos indicadores de mérito pretendidos ou resultantes.

O estudo deverá apresentar um conjunto de planilhas de cálculo impressas, acompanhadas de memórias de cálculo complementares e de textos, quando necessários, que explique os critérios e demais aspectos relevantes para a compreensão das planilhas apresentadas.

Minuta Consulta Pública

Modelo 3.22. – Modelo de apresentação da proposta de valor de outorga

A Prefeitura Municipal de Cuiabá

Concorrência Pública nº [•] – Processo Administrativo [•]

Concessão do Serviço Público Municipal de Transporte Coletivo de Passageiros da Cidade de Cuiabá

[nome da empresa]

Lote em que participa: [•]

Prezados Senhores,

A [nome da licitante] através do seu representante legal, formalmente constituído e qualificado na Documentação de Habilitação, apresenta abaixo a sua proposta de valor a ser pago pela outorga da exploração e prestação dos serviços de transporte coletivo do Lote [•].

Valor de outorga proposto: R\$ [•].(por extenso) mensais por veículo da frota operacional

Declaramos que esta proposta foi realizada em observância das especificações definidas no Projeto Básico (Anexo 1 do Edital), bem como da Matriz de Riscos estabelecidas no contrato de concessão conforme Anexo 2 do Edital.

Declaramos, ainda, que o prazo de validade da proposta é de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

Informamos que o Plano de Negócios, anexo a esta proposta, reflete os seguintes valores:

- a) Taxa de desconto considerada: [...%].
- b) Valor total dos investimentos em valor presente líquido: [R\$...]
- c) Taxa Interna de Retorno: [...%]
- d) Valor Presente Líquido da concessão: [R\$...]

Cuiabá, [•] de [•] de 2016

Assinatura do representante legal da pessoa jurídica

Nome:

RG:

CPF:

Instruções para a apresentação do estudo de demonstração da viabilidade econômica–financeira da operação dos serviços

1. Orientações gerais

O proponente deverá apresentar o estudo de demonstração da viabilidade econômica–financeira da operação dos serviços através do preenchimento obrigatório do conjunto de tabelas padronizadas descritas a seguir, com uso de software de cálculo de planilha eletrônica (Excel).

O estudo deverá considerar as suas projeções de receitas, custos operacionais e investimentos, em conformidade com as orientações deste capítulo.

O objetivo do estudo é a demonstração da viabilidade econômica e financeira da concessão por parte da proponente e a apresentação, nos termos do Edital, da Taxa Interna de Retorno (TIR) pretendida pela Concessionária como remuneração do capital aplicado nos investimentos da concessão.

O estudo econômico-financeiro de que trata este item deverá ser apresentado na forma impressa e em arquivo digital, gravado em CD-ROM, sem proteção de senhas, sendo que, para todos os fins, prevalecerão as informações do estudo apresentado na forma impressa.

Ao elaborar as demonstrações econômico-financeiras, a proponente deverá obedecer às seguintes regras de caráter geral:

- O demonstrativo de resultado econômico será apresentado para o prazo completo de vigência contratual (20 anos), em valores anuais.
- O fluxo de caixa conterá um período denominado “Pré-operacional”, destinado a retratar as movimentações financeiras anteriores ao início das operações do contrato de concessão, como os investimentos para a formação da frota, instalações de garagem, implantação de equipamentos tecnológicos, conforme especificado no Edital.
- As despesas operacionais deverão ser calculadas e apresentadas por tipo de veículo especificado para o serviço (microônibus e ônibus convencional).
- As tabelas que conformam o modelo deste anexo deverão ser preenchidas de acordo com as necessidades de cálculo, podendo algumas delas serem mantidas em branco, caso não sejam utilizadas.
- A moeda a ser empregada em todos os demonstrativos é o Real (R\$).
- Os valores monetários deverão ser apresentados sem projeção de inflação.
- O Plano de Negócios deverá ser apresentado na forma não alavancada, ou seja, com a consideração de recursos próprios.
- A data base dos preços será ** de **.

- A Tarifa de Referência para o cálculo das receitas é de R\$ *,* (por extenso).

Minuta Consulta Pública

2. Orientações específicas

2.1 Identificação do estudo e parâmetros gerais

Nesta planilha (Plan_0), cujo modelo é mostrado abaixo deverão ser preenchidos dados gerais aplicados ao estudo, como:

- Valor da tarifa contratual, no valor de R\$ *,*
- Alíquotas do ISS é de 5,00%;
- Valor da Taxa da ARSEC, no valor de 1,5%.
- Percentual de reserva técnica considerado pelo proponente nos seus cálculos, que será multiplicado pela quantidade de veículos da frota operacional para a determinação da frota total;
- Valor residual ao final da vida útil dos tipos de veículo, conforme avaliação do proponente.

Licitante: [nome da proponente]

Lote

Data-base:

Tarifa R\$

Alíquotas:

ARSEC	1,50	%
INSS	2,00	%
ISS	5,00	%

Res. Técnica % da frota total

Res. Técnica Buscar 0,00 % da frota total

Descrição (Tipo/modelo)	Vida útil (anos)	Valor residual
Microônibus	8	
Ônibus convencional leve	10	
Ônibus convencional pesado	10	
Ônibus convencional com ar-condic.	10	
Miniônibus para o Buscar	8	

Figura 1: Modelo Plan_0

2.2 Quadro 1 - Projeção da demanda de passageiros média mensal (valores equivalentes)

Nesta planilha (Plan_01), cujo modelo é mostrado abaixo deverão ser apresentados os dados da quantidade de passageiros equivalentes projetados para cada ano da concessão, expresso em valores médios mensais anuais.

As estimativas de demanda serão de exclusiva responsabilidade da proponente, que deverá fazer os seus próprios estudos de mercado, com base nas informações divulgadas no edital, e na sua experiência no setor de transportes coletivos. Não obstante, a matriz de risco da concessão, atribui ao Município o risco do valor da demanda de referência informado no Anexo 1.2.

[nome da proponente]

Lote

QUADRO 1: Projeção da demanda de passageiros média mensal (valores equivalentes)

Ano	Pass. Econômicos
01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

Figura 2: Modelo Plan_01

2.3 Quadro 2 - Projeção da receita operacional (em R\$ por mês médio anual)

Neste quadro, conforme modelo Plan_02 são apresentados os valores da receita bruta, dos impostos e da receita líquida de acordo com as seguintes orientações:

- Os valores da receita dos serviços correspondem ao produto da quantidade de passageiros equivalentes do Quadro 1 pela tarifa contratual;
- As receitas adicionais, como aquelas decorrentes de explorações publicitárias, parcerias comerciais etc., caso previstas deverão ser informadas com valores médios mensais anuais, e explicitadas/justificadas na forma de nota explicativa adicional ao quadro;

- As receitas brutas são a soma das receitas de serviços e das receitas adicionais;
- As colunas de ISS, INSS e Agência Reguladora deverão ser preenchidas com o produto da receita bruta pelas alíquotas correspondentes, conforme informado no Quadro “Identificação do estudo e parâmetros gerais”. A receita líquida é a subtração da receita bruta pela soma dos valores pagos em impostos.

[nome da proponente]

Lote

QUADRO 2: Projeção da receita operacional (em R\$ por mês médio anual)

Ano	Receita de serviços	Receitas adicionais	Receita brutas	Agência Reguladora (R\$)	INSS (R\$)	ISS (R\$)		Receita operacional líquida
1								
2								
3								
4								
5								
6								
7								
8								
9								
10								
11								
12								
13								
14								
15								
16								
17								
18								
19								
20								

Figura 3: Modelo Plan_02

2.4 Quadro 3 - Projeção da frota

Neste quadro (modelo Plan_03) é apresentada a quantidade de veículos operacionais e totais (soma da frota operacional e de reserva técnica) por tipo de veículo e por ano da concessão. A quantidade de veículos da frota de reserva técnica deverá ser calculada com base no percentual declarado no Quadro “Identificação do estudo e parâmetros gerais”.

A frota operacional por tipo, para o 1º ano da concessão, deverá ser igual aos valores definidos no Anexo 1.2 do Edital.

Caso o proponente proponha variações nos anos seguintes deverá ser apresentada a memória de cálculo justificativa, na forma de Apêndice à documentação da proposta.

[nome da proponente]

Lote

QUADRO 3: Projeção da frota

Ano	Microônibus		Ônibus convencional leve		Ônibus convencional pesado		Ônibus convencional com ar-condic.		Miniônibus para o Buscar		Frota total	
	Operacional	Total	Operacional	Total	Operacional	Total	Operacional	Total	Operacional	Total	Operacional	Total
1											-	-
2											-	-
3											-	-
											-	-
											-	-
											-	-
											-	-
											-	-
18											-	-
19											-	-
20											-	-

Figura 4: Modelo Plan_03

Minuta Consulta Pública

2.5 Quadro 4 - Cronograma de formação da frota

Este quadro (modelo Plan_04) é uma síntese dos quadros 5, descritos adiante. Neste quadro são apresentadas as quantidades de veículos adquiridos e vendidos por tipo e por ano da concessão, bem como os valores, em reais, investidos no total de cada ano, e aqueles recebidos como receita, no caso das vendas.

[nome da proponente]
Lote

QUADRO 4: Cronograma de formação da frota

ITEM	Pré-oper.	Ano 1	Ano 2	Ano 3				Ano 18	Ano 19	Ano 20	Saída
VEÍCULOS ADQUIRIDOS											
Microônibus											
Ônibus convencional leve											
Ônibus convencional pesado											
Ônibus convencional com ar-condic.											
Miniônibus para o Buscar											
Total											
Investimentos											
VEÍCULOS VENDIDOS											
Microônibus											
Ônibus convencional leve											
Ônibus convencional pesado											
Ônibus convencional com ar-condic.											
Miniônibus para o Buscar											
Total											
Investimentos											

Figura 5: Modelo Plan_04

2.6 Conjunto de quadros 5 - Evolução da frota dos veículos da frota de veículo por tipo

Trata-se de um conjunto de quadros (5A a 5E), conforme modelo Plan_05 correspondente cada um a um tipo de veículo. Cada um dos quadros é formado por três partes: aquisições, vendas e quadro final.

As tabelas de aquisições e vendas deverão ser preenchidas com a quantidade de veículos por faixa etária que, em cada ano, serão adquiridos e vendidos. No caso das vendas, incluindo as ocorridas após o encerramento da concessão e no caso das aquisições as que ocorrem antes do início da operação.

A tabela do quadro final apresentará o balanço da frota do ano anterior, somado às aquisições e deduzida a venda, formando o quadro etário final de cada ano.

Nas tabelas de aquisição e venda, deverá ser informado, ao final, o valor investido e a receita da venda, respectivamente.

Na projeção da frota deverão ser observadas as referências do Edital quanto à vida útil dos veículos, a idade média máxima da frota e o percentual de veículos novos a serem adquiridos no primeiro ano da concessão.

[nome da proponente]

Lote

QUADRO 5.A: Evolução da frota dos veículos da frota de [tipo de veículo]

5A 1 - Aquisições

Faixa	Idade	Pré-oper.	Ano 1	Ano 2	Ano 3				Ano 18	Ano 19	Ano 20
0 - 1	0										
1 - 2	1										
2 - 3	2										
3 - 4	3										
4 - 5	4										
5 - 6	5										
6 - 7	6										
7 - 8	7										
8 - 9	8										
9 - 10	9										
10 - 11	10										
Total											
Investimento											

5A 2 - Venda

Faixa	Idade	Pré-oper.	Ano 1	Ano 2	Ano 3				Ano 18	Ano 19	Ano 20	Ano 21
0 - 1	0											
1 - 2	1											
2 - 3	2											
3 - 4	3											
4 - 5	4											
5 - 6	5											
6 - 7	6											
7 - 8	7											
8 - 9	8											
9 - 10	9											
10 - 11	10											
Total												
Receita												

5A 3 - Quadro final

Faixa	Idade	Pré-oper.	Ano 1	Ano 2	Ano 3				Ano 18	Ano 19	Ano 20
0 - 1	0										
1 - 2	1										
2 - 3	2										
3 - 4	3										
4 - 5	4										
5 - 6	5										
6 - 7	6										
7 - 8	7										
8 - 9	8										
9 - 10	9										
10 - 11	10										
Total											

Figura 6: Modelo Plan_05

2.7 Quadro 6 - Quadro total de formação da frota

Este quadro (Modelo Plan_06) totaliza a frota por faixa etária, portanto, é a soma dos dados do conjunto dos quadros 5, com a informação de quantidade de veículos adquiridos, vendidos e total.

Deverá ser calculada a idade média resultante para cada ano da concessão, que deverá respeitar os limites fixados no Edital.

[nome da proponente]

Lote

QUADRO 6: Quadro total de formação da frota

5A 1 - Aquisições

Faixa	Idade	Pré-oper.	Ano 1	Ano 2	Ano 3				Ano 18	Ano 19	Ano 20	Saída
0 - 1	0											
1 - 2	1											
2 - 3	2											
3 - 4	3											
4 - 5	4											
5 - 6	5											
6 - 7	6											
7 - 8	7											
8 - 9	8											
9 - 10	9											
10 - 11	10											
11 - 12	11											
12 - 13	12											
Total												
Investimento												

5A 2 - Venda

Faixa	Idade	Pré-oper.	Ano 1	Ano 2	Ano 3				Ano 18	Ano 19	Ano 20	Saída
0 - 1	0											
1 - 2	1											
2 - 3	2											
3 - 4	3											
4 - 5	4											
5 - 6	5											
6 - 7	6											
7 - 8	7											
8 - 9	8											
9 - 10	9											
10 - 11	10											
11 - 12	11											
12 - 13	12											
Total												
Receita												

5A 3 - Quadro final

Faixa	Idade	Pré-oper.	Ano 1	Ano 2	Ano 3				Ano 18	Ano 19	Ano 20	Saída
0 - 1	0											
1 - 2	1											
2 - 3	2											
3 - 4	3											
4 - 5	4											
5 - 6	5											
6 - 7	6											
7 - 8	7											
8 - 9	8											
9 - 10	9											
10 - 11	10											
11 - 12	11											
12 - 13	12											
Total												

Figura 7: Modelo Plan_06

2.8 Quadro 7 – Projeção da quilometragem média mensal anual por tipo de veículo incluindo a quilometragem ociosa

Neste quadro (Modelo Plan_07) é apresentada a produção quilométrica prevista por tipo de veículo, já incluindo a quilometragem ociosa, na forma de valores médios mensais anuais.

A quilometragem operacional (sem percurso ocioso) por tipo, para o 1º ano da concessão, deverá ser igual aos valores definidos no Anexo 1.2 do Edital.

Caso o proponente proponha variações nos anos seguintes deverá ser apresentada a memória de cálculo justificativa, na forma de Apêndice à documentação da proposta.

[nome da proponente]

Lote

QUADRO 7: Projeção da quilometragem média mensal anual por tipo de veículo incluindo a quilometragem ociosa

Ano	Percurso mensal da frota por tipo de veículo (km)					Total
	Microônibus	Ônibus convencional leve	Ônibus convencional pesado	Ônibus convencional com ar-condic.	Miniônibus para o Buscar	
1						
2						
3						
18						
19						
20						

Figura 8: Modelo Plan_07

2.8.1 Quadro 8 – Preços dos insumos (R\$)

Este quadro (Modelo Plan_08) é dedicado a apresentar os preços dos insumos e os salários considerados nos cálculos, considerando a data base de fevereiro de 2016. No caso dos salários e benefícios, deverão ser observados os valores da Convenção Coletiva do Trabalho em vigência.

Cabe observar, que em Cuiabá há desoneração do ICMS sobre o óleo diesel empregado no transporte coletivo.

[nome da proponente]

Lote

QUADRO 8: Preços dos insumos (R\$)

A) Veículos novos sem rodagem

Tipo de veículo	Preço Unitário (R\$)
Microônibus	
Ônibus convencional leve	
Ônibus convencional pesado	
Ônibus convencional com ar-condic.	
Miniônibus para o Buscar	

B) Combustível e lubrificantes

Item	Unidade	Preço (R\$)
Diesel	l	

C) Rodagem

Tipo de pneus (aplicação)	Unidade	Preço do pneu novo (R\$)	Preço do serv. de recap. (R\$)
Microônibus	un		
Ônibus convencional leve	un		
Ônibus convencional pesado	un		
Ônibus convencional com ar-condic.	un		
Miniônibus para o Buscar	un		

D) PESSOAL OPERATIVO

Categoria	Unidade	Salário mensal (R\$)
Motorista de ônibus	H x mês	
Motorista de micro	H x mês	
Cobrador	H x mês	
Funcionários do tráfego	H x mês	
Diretor (pró-labore)	H x mês	

E) BENEFÍCIOS

ITEM	Unidade	Valor mensal (R\$)
Vale Refeição	H x mês	
Seguro de vida em grupo	H x mês	
Uniforme	H x mês	
Auxílio Assistencial	H x mês	
Total	H x mês	

F) ITENS ADMINISTRATIVOS

ITEM	Unidade	Valor (R\$)
Seguro Obrigatório e IPVA	Veíc./ano	
Seguro de Respons. Civil	Veíc./ano	
Arrecadação	Veíc./ano	
Abrigos	Veíc./ano	
Monitoramento	Veíc./ano	
Wi-fi	Veíc./ano	
Manutenção de Terminais	Veíc./ano	

Figura 9: Modelo Plan_08

2.8.2 Quadro 9 – Investimento em equipamentos tecnológicos embarcados

Este quadro (Modelo Plan_09) é dedicado à apresentação dos valores dos investimentos em equipamentos tecnológicos embarcados nos ônibus, deverão ser informados os valores relativos aos seguintes equipamentos:

- Equipamentos do SBE como validadores e catracas eletromecânicas;
- Equipamentos do Sistema de Monitoramento instalado nos ônibus;
- Equipamentos de captura e armazenamento de imagens no interior dos ônibus;
- Equipamentos instalados nas garagens;
- Equipamentos instalados no Centro de Controle Operacional;

Outros equipamentos a critério do proponente também poderão ser informados.

Na tabela “A” deverão ser relacionados os equipamentos e a unidade; e a quantidade adquirida em cada ano da concessão. Na tabela “B” deverão ser relacionados o custo unitário dos equipamentos e os valores totais investidos por ano da concessão para cada equipamento. Na tabela “C” deverão ser informados os parâmetros de cálculo da depreciação como a quantidade de anos depreciados (vida útil) e o valor residual ao final da vida útil. Nas colunas relativas a cada ano, deverão ser apresentados os valores da depreciação total por equipamento e ano.

[nome da proponente]

Lote

QUADRO 9: Investimento em equipamentos tecnológicos embarcados
A) QUANTIDADE

Equipamento	Unidade
Equipamentos embarcados do SBE	un. / veíc.
Equipamentos de garagem do SBE	un. / garagem
Conjunto de câmeras de vigilância	un. / veíc.
Equipamentos do sist. de monitoramento	un. / veíc.
Implantação de abrigos	verba

Quantidades adquiridas ao longo do contrato										
Pré-operac.	1	2	3					18	19	20

B) INVESTIMENTO

Equipamento	Unidade	Preço Unitário (R\$)	Pré-operac.	1	2	3					18	19	20
Equipamentos embarcados do SBE	un. / veíc.												
Equipamentos de garagem do SBE	un. / garagem												
Conjunto de câmeras de vigilância	un. / veíc.												
Equipamentos do sist. de monitoramento	un. / veíc.												
Implantação de abrigos	verba												
Total													

B) DEPRECIAÇÃO

Equipamento	Taxa anual de depreciação e amortização (%)	Número de anos a serem depreciados	Valor residual (%)	1	2	3					18	19	20
Equipamentos embarcados do SBE													
Equipamentos de garagem do SBE													
Conjunto de câmeras de vigilância													
Equipamentos do sist. de monitoramento													
Implantação de abrigos													
Total													

Figura 10: Modelo Plan_09

2.9 Quadro 10 – Coeficientes

Neste quadro (Modelo Plan_10) deverão ser informados, por tipo de veículo, os coeficientes de cálculo dos custos operacionais.

[nome da proponente]

Lote

QUADRO 10: Coeficientes
QUADRO 10A: Coeficientes de consumo de combustíveis e lubrificantes

Item	Consumo	Coeficiente de consumo por tipo de veículo				
		Microônibus	Ônibus convencional leve	Ônibus convencional pesado	Ônibus convencional com ar-condic.	Miniônibus para o Buscar
Diesel	l/km					
Óleo Motor	l/km					

QUADRO 10B: Coeficientes de consumo de peças e acessórios (proporção do valor do veículo novo por mês)

Peças e acessórios (% valor do veic.novo/ano)	Faixa etária	Microônibus	Ônibus convencional leve	Ônibus convencional pesado	Ônibus convencional com ar-condic.	Miniônibus para o Buscar
	0 - 1					
	1 - 2					
	2 - 3					
	3 - 4					
	4 - 5					
	5 - 6					
	6 - 7					
	7 - 8					
	8 - 9					
	9 - 10					
	10 - 11					
	11 - 12					
	12 - 13					

QUADRO 10C: Coeficientes de consumo de pneus e recapagens

Pneus e recapagens	Item	Microônibus	Ônibus convencional leve	Ônibus convencional pesado	Ônibus convencional com ar-condic.	Miniônibus para o Buscar
	Vida Útil (km)					
	Qtd. Pneus por veículo					
	Coeficiente de pneu por km					
	Qtd. de recapagens por pneu					
	Coeficiente de recap. por km					

QUADRO 10D: Coeficientes de mão-de-obra (quantidade de empregados equivalentes por veículo operacional)

Empregados por veículo operacional	Categoria	Microônibus	Ônibus convencional leve	Ônibus convencional pesado	Ônibus convencional com ar-condic.	Miniônibus para o Buscar
	Motorista					
	Agente de vendas					
	Fiscal					
% do custo de pessoal operacional	Manutenção					
	Administração					

QUADRO 10E: Coeficientes de mão-de-obra (quantidade de empregados por veículo operacional)

Empregados por veículo operacional	Microônibus	Ônibus convencional	Ônibus convencional	Ônibus convencional	Miniônibus para o

QUADRO 10E: Coeficientes de despesa administrativa (proporção do valor do veículo aplicado à frota operacional)

Item	Microônibus	Ônibus convencional leve	Ônibus convencional pesado	Ônibus convencional com ar-condic.	Miniônibus para o Buscar
Proporção do valor do veículo novo com pneus					

Quadro 10F: Quantidade de diretores

Item	Qt.
Quantidade de diretores	

Figura 11: Modelo Plan_10

2.10 Quadro 11 – Composição dos encargos sociais

Este quadro deverá apresentar o valor dos encargos sociais e a sua composição.

[nome da proponente]

Lote

QUADRO 12: Composição dos encargos sociais

Item de encargo	%
<i>Grupo A (Total 1)</i>	
A.1 INSS	nsa
A.2 Acidentes de Trabalho	
A.3 Salário Educação	
A.4 INCRA	
A.5 SENAT	
A.6 SEST	
A.7 SEBRAE	
A.8 FGTS	
A.9	
A.10	
<i>Grupo B (Total 2)</i>	
B.1 Abono de férias	
B.2 Aviso Prévio Trabalhado	
B.3 Licença Paternidade	
B.4 Licença Funeral	
B.5 Licença Casamento	
B.6 13o Salário	
B.7 Adicional Noturno	
B.8	
B.9	
B.10	
<i>Grupo C (Total 3)</i>	
C.1 Depósito por rescisão	
C.2 Aviso Prévio Indenizado	
C.3 Indenização Adicional	
C.4	
C.5	
<i>Grupo D (Total 4)</i>	
D.1 Encargos Grupo A no Grupo B (sem B2)	
D.2 Encargos FGTS no Aviso Prévio	
Total (Grupos A + B + C + D)	

Figura 12: Modelo Plan_11

2.11 Quadro 12 – Cálculo dos custos variáveis

O quadro (Modelo Plan_12) apresenta os resultados dos cálculos dos custos variáveis (combustíveis, lubrificantes, pneus e serviços de recapagem) por tipo de veículo, resultante da aplicação dos coeficientes e dos preços dos insumos.

[nome da proponente]

Lote

QUADRO 13: Cálculo dos custos variáveis

Item de custo	Unidade	Microônibus	Ônibus convencional leve	Ônibus convencional pesado	Ônibus convencional com ar-condic.	Miniônibus para o Buscar
Combustíveis	R\$/km					
Lubrificantes	R\$/km					
Pneus	R\$/km					
Serviços de recapagem	R\$/km					

Figura 13: Modelo Plan_12

2.12 Quadro 13 – Cálculo do custo variável de peças e acessórios

O quadro (Modelo Plan_13) apresenta os resultados dos cálculos do custo variável de peças e acessórios por tipo de veículo, resultante da aplicação dos coeficientes e dos preços dos insumos.

[nome da proponente]

Lote

QUADRO 14: Cálculo do custo variável de peças e acessórios

Ano	Unidade	Coeficiente médio					Custo R\$/km				
		Microônibus	Ônibus convencional leve	Ônibus convencional pesado	Ônibus convencional com ar-condic.	Miniônibus para o Buscar	Microônibus	Ônibus convencional leve	Ônibus convencional pesado	Ônibus convencional com ar-condic.	Miniônibus para o Buscar
1	% do valor do veic. novo										
2	% do valor do veic. novo										
3	% do valor do veic. novo										
18	% do valor do veic. novo										
19	% do valor do veic. novo										
20	% do valor do veic. novo										

Figura 14: Modelo Plan_13

2.13 Quadro 14 – Cálculo do custo total com combustíveis (R\$/mês)

O quadro (Modelo Plan_14) apresenta os valores mensais gastos com combustíveis resultantes do produto da quantidade de quilômetros percorridos pelo custo unitário por quilômetro.

[nome da proponente]

Lote

QUADRO 15: Cálculo do custo total com combustíveis (R\$/mês)

Ano	Microônibus	Ônibus convencional leve	Ônibus convencional pesado	Ônibus convencional com ar-condic.	Miniônibus para o Buscar	Total
1						
2						
3						
18						
19						
20						

Figura 15: Modelo Plan_14

2.14 Quadro 15 – Cálculo do custo total com lubrificantes (R\$/mês)

O quadro apresenta os valores mensais gastos com lubrificantes resultantes do produto da quantidade de quilômetros percorridos pelo custo unitário por quilômetro.

[nome da proponente]

Lote

QUADRO 16: Cálculo do custo total com lubrificantes (R\$/mês)

Ano	Microônibus	Ônibus convencional leve	Ônibus convencional pesado	Ônibus convencional com ar-condic.	Miniônibus para o Buscar	Total
1						
2						
3						
18						
19						
20						

Figura 16: Modelo Plan_15

2.15 Quadro 16 – Cálculo do custo total com pneus e serviços de recapagem (R\$/mês)

O quadro apresenta os valores mensais gastos com os pneus novos e serviços de recapagem resultantes do produto da quantidade de quilômetros percorridos pelo custo unitário por quilômetro.

[nome da proponente]

Lote

QUADRO 17: Cálculo do custo total com pneus e serviços de recapagem (R\$/mês)

Ano	Microônibus	Ônibus convencional leve	Ônibus convencional pesado	Ônibus convencional com ar-condic.	Miniônibus para o Buscar	Total
1						
2						
3						
18						
19						
20						

Figura 17: Modelo Plan_16

2.16 Quadro 17 – Cálculo do custo total com peças e acessórios (R\$/mês)

O quadro apresenta os valores mensais gastos com peças e acessórios resultantes do produto da quantidade de quilômetros percorridos pelo custo unitário por quilômetro.

[nome da proponente]

Lote

QUADRO 18: Cálculo do custo total com peças e acessórios (R\$/mês)

Ano	Microônibus	Ônibus convencional leve	Ônibus convencional pesado	Ônibus convencional com ar-condic.	Miniônibus para o Buscar	Total
1						
2						
3						
18						
19						
20						

Figura 18: Modelo Plan_17

2.17 Quadro 18 – Cálculo do custo total variável (R\$/mês)

O quadro traz a soma dos valores dos quadros anteriores (Quadros 14 a 17) por tipo de veículo e o valor total dos custos variáveis mensais para cada ano da concessão, bem como o valor por quilometro resultante.

[nome da proponente]

Lote

QUADRO 19: Cálculo do custo total variável (R\$/mês)

Ano	Microônibus	Ônibus convencional leve	Ônibus convencional pesado	Ônibus convencional com ar-condic.	Miniônibus para o Buscar	Total	Custo por km
1							
2							
3							
18							
19							
20							

Figura 19: Modelo Plan_18

2.18 Quadro 19 – Custos de pessoal e administrativos

Este quadro traz a demonstração do custo por veículo operacional e por mês relativo à mão de obra e administrativos.

[nome da proponente]

Lote

QUADRO 20: Custos de pessoal e administrativos
QUADRO 20A: Demonstrativo dos custos de pessoal por veículo operacional (R\$/veículo operacional/mês)

Categoria	Microônibus	Ônibus convencional leve	Ônibus convencional pesado	Ônibus convencional com ar-condic.	Miniônibus para o Buscar
Motorista					
Agente de vendas					
Fiscal					
Manutenção					
Administração					
Benefícios					
Pró-labore					
Total					

QUADRO 20B: Demonstrativo dos custos administrativo por veículo operacional (R\$/veículo operacional/mês)

Item	Microônibus	Ônibus convencional leve	Ônibus convencional	Ônibus convencional com	Miniônibus para o Buscar
Desp. Gerais					
Seguro Obrigatório e IPVA					
Seguro de Respons. Civil					
Arrecadação					
Monitoramento					
Sub-total mínimo					
Abrigos					
Manutenção de Terminais					
Sub-total obrigações acessórias					
Total					

Figura 20: Modelo Plan_19

2.19 Quadro 20 – Cálculo do custo total de mão-de-obra (R\$/mês)

Este quadro deverá trazer o resultado do produto dos custos unitários de mão de obra por tipo de veículo pela quantidade de veículos operacionais, expressando o gasto mensal por ano da concessão com mão de obra, bem como o valor anual e o custo por veículo operacional.

[nome da proponente]

Lote

QUADRO 21: Cálculo do custo total de mão-de-obra (R\$/mês)

Ano	Microônibus	Ônibus convencional leve	Ônibus convencional	Ônibus convencional com	Miniônibus para o Buscar	Total	Custo por veíc. oper./mês
1							
2							
3							
18							
19							
20							

Figura 21: Modelo Plan_20

Minuta Consulta Pública

2.20 Quadro 21 – Cálculo do custo total administrativo (R\$/mês)

Este quadro deverá trazer o resultado do produto dos custos unitários administrativos por tipo de veículo pela quantidade de veículos operacionais, expressando o gasto mensal por ano da concessão com este tipo de despesa, bem como o valor anual e o custo por veículo operacional.

[nome da proponente]

Lote

QUADRO 22A: Cálculo do custo total administrativo mínimo (R\$/mês)

Ano	Microônibus	Ônibus convencional leve	Ônibus convencional pesado	Ônibus convencional com ar-condic.	Miniônibus para o Buscar	Total	Custo por veíc. oper./mês
1							
2							
3							
18							
19							
20							

QUADRO 22B: Cálculo do custo total administrativo obrigações acessórias da concessão (R\$/mês)

Ano	Microônibus	Ônibus convencional leve	Ônibus convencional pesado	Ônibus convencional com ar-condic.	Miniônibus para o Buscar	Total	Custo por veíc. oper./mês
1							
2							
3							
18							
19							
20							

Figura 22: Modelo Plan_21

2.21 Quadro 22 – Cálculo do custo total fixo (pessoal e administração em R\$/mês)

Este quadro apresenta a soma dos valores dos dois quadros anteriores (Quadro 20 e 21), expressando o gasto mensal por ano da concessão com este tipo de despesa, bem como o valor anual e o custo por veículo operacional.

[nome da proponente]

Lote

QUADRO 23: Cálculo do custo total fixo (pessoal e administração em R\$/mês)

Ano	Microônibus	Ônibus convencional leve	Ônibus convencional pesado	Ônibus convencional com ar-condic.	Miniônibus para o Buscar	Total	Custo por veíc. oper./mês
1							
2							
3							
18							
19							
20							

Figura 23: Modelo Plan_22

2.22 Quadro 23 – Cálculo do custo de depreciação da frota de ônibus valor mensal

Este quadro deve ser preenchido adequadamente com os valores da depreciação total por ano da concessão por tipo de veículo. Os cálculos deverão estar adequados à quantidade de veículos por faixa etária dados no conjunto dos quadros 5 e os parâmetros de vida útil e valor residual informados no Quadro “Identificação do estudo e parâmetros gerais”. Deverá também ser informado o método de depreciação empregado e os fatores de depreciação por faixa etária.

[nome da proponente]

Lote

QUADRO 24: Cálculo do custo de depreciação da frota de ônibus valor mensal

Ano	Microônibus	Ônibus convencional leve	Ônibus convencional pesado	Ônibus convencional com ar-condic.	Miniônibus para o Buscar	Total	Custo por veíc. oper./mês
1							
2							
3							
18							
19							
20							

Figura 24: Modelo Plan_23

2.23 Quadro 24 – Investimento em garagem e outros equipamentos

Neste quadro deverão ser apresentados os investimentos e os valores de depreciação relativos às instalações de garagem e outros equipamentos necessários à operação, conforme relação dada no modelo. Outros equipamentos poderão ser incluídos a critério do proponente.

Na tabela de investimentos deverá ser apresentado a unidade, o valor unitário e o valor dos investimentos para cada ano.

Na tabela de depreciação deverão ser informados os parâmetros de cálculo da depreciação como a quantidade de anos depreciados (vida útil) e o valor residual ao final da vida útil. Nas colunas relativas a cada ano, deverão ser apresentados os valores da depreciação total por item e ano.

[nome da proponente]
Lote

QUADRO 25: Investimento em garagem e outros equipamentos

A) INVESTIMENTO

Item	Unidade	Valor total (R\$)	Pré-operac.									
				1	2	3				18	19	20
Terreno para instalações de garagem	vb											
Infra e super-estrutura da garagem	vb											
Equipamentos da garagem	vb											
Veículos de apoio leves	vb											
Veículos de apoio pesados	vb											
Mobiliário	vb											
Computadores e periféricos	vb											
Softwares de uso geral	vb											
Total												

B) DEPRECIAÇÃO

Item	Taxa anual de depreciação e amortização (%)	Número de anos a serem depreciados	Valor residual (%)									
				1	2	3				18	19	20
Terreno para instalações de garagem												
Infra e super-estrutura da garagem												
Equipamentos da garagem												
Veículos de apoio leves												
Veículos de apoio pesados												
Mobiliário												
Computadores e periféricos												
Softwares de uso geral												
Total												

C) RECEITA

Item	Taxa anual de depreciação e amortização (%)	Número de anos a serem depreciados	Valor residual (%)										Saída
				1	2	3				18	19	20	
Terreno para instalações de garagem													
Infra e super-estrutura da garagem													
Equipamentos da garagem													
Veículos de apoio leves													
Veículos de apoio pesados													
Mobiliário													
Computadores e periféricos													
Softwares de uso geral													
Total													

Figura 25: Modelo Plan_24

2.24 Quadro 25 – Consolidação dos custos variáveis, fixos e de depreciação

Este é um quadro resumo que traz o transporte dos custos calculados em quadros anteriores relativos aos custos variáveis, fixos e de depreciação.

[nome da proponente]

Lote

QUADRO 26: Consolidação dos custos variáveis, fixos e de depreciação

Ano	Combustível	Lubrificantes	Pneus e recapagens	Peças e acessórios	Custos variáveis	Mão-de-obra	Desp. Administrativas Mínimas	Desp. Administrativas Obr. Concessão	Custos fixos	Total	Custo variav. e fixo por veíc. oper./mês	Depreciação da frota de ônibus	Depreciação dos demais ativos	Total da depreciação (R\$)	Custo deprec. por veíc. oper./mês	Custo variável, fixo e de capital	Custo fixo, operac. e dep. por veículo oper. / mês
1																	
2																	
3																	
18																	
19																	
20																	

Figura 26: Modelo Plan_25

2.25 Quadro 26 – Cronograma financeiro

Este quadro apresenta os valores dos investimentos em frota, equipamentos tecnológicos e garagens/instalações, transportados de quadros anteriores e a definição da parcela com recursos próprios, financiada e ou arrendada.

[nome da proponente]

Lote

QUADRO 26: Cronograma financeiro

Grupo de investimento	Valores	Pré-operac.	Ano 1	Ano 2	Ano 3					Ano 18	Ano 19	Ano 20
Frota de ônibus	Microônibus											
	Ônibus convencional leve											
	Ônibus convencional pesado											
	Ônibus convencional com ar-condic.											
	Miniônibus para o Buscar											
	Total											
	Recursos próprios (R\$)											
Equipamentos tecnológicos	Financiamento (R\$)											
	Arrendamento (R\$)											
	Valor total de aquisições (R\$)											
	Recursos próprios (R\$)											
Garagem e instalações	Financiamento (R\$)											
	Arrendamento (R\$)											
	Valor total de aquisições (R\$)											
Outros investimentos	Recursos próprios (R\$)											
	Financiamento (R\$)											
	Arrendamento (R\$)											

Figura 27: Modelo Plan_26

2.26 Quadro 27 – Demonstrativo do resultado econômico

Este quadro resume os valores de receitas, custos, depreciações, encargos financeiros; traz o cálculo dos impostos sobre o lucro líquido e apresenta o resultado final econômico por ano da concessão.

Os valores deverão corresponder aos valores anteriormente apresentados nos demais quadros e deverão ser expressos em valores anuais.

[nome da proponente]

Lote

QUADRO 27: Demonstrativo do resultado econômico

Informação	Pré-operacional	Ano 1	Ano 2	Ano 3		Ano 18	Ano 19	Ano 20
A. Receitas								
A1. Receita Bruta								
A11. Receita operacional dos serviços								
A12. Receitas acessórias								
A13. Receitas brutas (A1 + A2)								
A2. Impostos sobre o faturamento bruto								
A21. ARSEC								
A22. INSS								
A23. ISS								
A24. Total (A21 + A22 + A23)								
A3. Custo de gerenciamento público								
A4. Receita líquida (A13 - A24 - A3)								
B. Custos operacionais								
B1. Custo de prestação dos serviços								
B11. Custos variáveis								
B12. Custos fixos								
B13 Total (B11 + B12)								
B2. Outros custos da concessão								
B3 Total dos custos (B13 + B23)								
C. EBITDA								
% EBTIDA								
D. Depreciações								
D1. Depreciação da frota								
D2 Depreciação dos demais ativos permanentes								
D3. Total das depreciações de ativos (D1 + D2)								
D4. Amortização da outorga								
D5. Total das depreciações e amortizações								
E. EBIT (C - D5)								
F. Encargos financeiros								
G. EBT (E - F)								
H. Impostos								
H1 Contribuição Social								
H2 Imposto de renda (15% sobre lucro real)								
H3 Imposto de renda (10% sobre lucro real)								
H4 Total de impostos (H1 + H2 + H3)								
I. Resultado líquido (G - H4)								

Figura 28: Modelo Plan_27

2.27 Quadro 28 – Demonstrativo do fluxo de caixa

Este quadro é o último do plano de negócios, representando o fluxo de caixa dos investimentos, apresentando o resultado líquido, por transporte dos valores do Quadro 28; os valores não desembolsados, também por transporte do Quadro 28, a amortização dos investimentos; os investimentos incorridos, o ingresso de recursos por financiamentos, pela venda de veículos usados e das instalações de garagem ao final da concessão, o fluxo de capitais investidos e o fluxo acumulado. Os valores deverão ser expressos em valores anuais.

Ao final deverá ser calculada a Taxa Interna de Retorno e o Valor Presente Líquido, este considerando a Taxa de Desconto que deverá estar declarada neste quadro.

[nome da proponente]

Lote

QUADRO 28: Demonstrativo do fluxo de caixa

Informação	Pré-operacional	Ano 1	Ano 2	Ano 3		Ano 18	Ano 19	Ano 20	Saída
A. Resultado líquido (+)									
B. Valores não desembolsados (+)									
B1. Depreciações									
B2. Amortização da outorga									
B3. Total (B1 + B2)									
C. Fluxo de caixa operacional (+) (A + B)									
D. Amortização dos investimentos (-)									
E. Investimentos (-)									
E1. Frota inicial									
E2. Frota ao longo da concessão									
E3. Equipamentos tecnológicos/abrigos									
E4. Garagem e instalações									
E5. Pagamento pela outorga									
6 Total (E1 + E2 + E3 + E4 + E5)									
F. Ingresso de recursos (+)									
F1. Valores financiados									
F2. Revenda de veículos									
F3. Venda da garagem e equipamentos									
F4 Total (F1 + F2 + F3)									
G. Fluxo de caixa do investimento									
H. Fluxo de caixa de capitais acumulados									

Taxa de desconto

VPL

TIR

Figura 29: Modelo Plan_28

Concorrência [●]

Processo Administrativo [●]

Concessão do Serviço Público Municipal de Transporte Coletivo de Passageiros da Cidade de
Cuiabá

Anexo 4 – Critérios de avaliação e julgamento das propostas

Versão Consulta Pública

Minuta Consulta Pública

Este anexo apresenta a forma como a Administração fará a avaliação e o julgamento das propostas técnica e de valor de outorga apresentadas pelas licitantes.

1. Julgamento da Proposta Técnica

A Proposta Técnica apresentada será julgada mediante a avaliação das informações apresentadas por cada licitante, observadas as instruções do Anexo 3.2.

A Nota Técnica (NT) totalizará no máximo 1.000 (mil) pontos, com a distribuição dada na Tabela 1.

Tabela 1: Grade de pontuação da Proposta Técnica

Item	Descrição	Pontos Máximos
1	Histórico e experiência anterior	300
2	Proposta de prazo de início de operação	200
3	Proposta de qualidade da frota	500
3.1	Proposta de veículos 0 (zero) quilômetros para o início de operação	250
3.2	Proposta de veículos com solução de climatização	250
3.2.1	Proposta de veículos com ar-condicionado	200
3.2.2	Proposta de veículos com equipamentos de renovação forçada de ar	50
Total		1.000

A atribuição da pontuação observará os critérios apresentados a seguir.

1.1 Atribuição de pontos para o item 1 – Histórico e Experiência

A pontuação será atribuída em função da análise da experiência anterior adequadamente comprovada mediante os atestados apresentados na Proposta Técnica.

Para cada uma das experiências comprovadas serão atribuídos pontos de acordo com a tabela dada abaixo.

Tabela 2: Pontuação a ser conferida à avaliação da experiência anterior para os Lotes A e B

	Menos de 2 anos	De 2 a 3,99 anos	De 4 a 5,99 anos	De 6 a 7,99 anos	De 8 a 9,99 anos	Mais de 10 anos
Menos de 32 veículos	0	24	48	72	96	120
De 32 a 64 veículos	20	54	78	102	126	150
De 65 a 97 veículos	40	84	108	132	156	180
De 98 a 130 veículos	60	114	138	162	186	210
De 130 a 162 veículos	80	144	168	192	216	240
De 163 a 195 veículos	100	174	198	222	246	270
Mais de 195 veículos	120	204	228	252	276	300

Tabela 3: Pontuação a ser conferida à avaliação da experiência anterior para o Lote C

	Menos de 2 anos	De 2 a 3,99 anos	De 4 a 5,99 anos	De 6 a 7,99 anos	De 8 a 9,99 anos	Mais de 10 anos
Menos de 6 veículos	0	24	48	72	96	120
De 6 a 11 veículos	20	54	78	102	126	150
De 12 a 17 veículos	40	84	108	132	156	180
De 18 a 23 veículos	60	114	138	162	186	210
De 24 a 29 veículos	80	144	168	192	216	240
De 30 a 35 veículos	100	174	198	222	246	270
Mais de 36 veículos	120	204	228	252	276	300

1.2 Atribuição de pontos para o item 2 – Prazo de início de operação

O prazo de início de operação será avaliado considerando a declaração de prazo apresentado, conferindo-se 1,35 pontos para cada dia de antecipação em relação ao prazo máximo de 180 dias fixado no Edital, com total máximo de 200 (duzentos) pontos para este subitem.

Por exemplo, um proponente que tenha declarado que iniciará a operação dos serviços em 150 dias, terá a seguinte pontuação:

- Quantidade de dias antecipados = $180 - 150 = 30$ dias
- Pontuação = $30 \times 1,35 = 40,5$ pontos

1.3 Atribuição de pontos para o item 3 – Proposta de qualidade da frota

A proposta de qualidade da frota será avaliada com base nos valores propostos de quantidade de veículos 0 (zero) quilômetros da frota inicial e da quantidade de veículos com soluções de climatização da seguinte forma:

1.3.1 Pontuação da frota de veículos 0 (zero) quilômetros

A pontuação será calculada mediante a seguinte expressão:

$$\text{Pontuação zero quilometro} = 100 + \frac{150}{0,8} \times \left(\frac{Fz}{Ft} - 0,2 \right)$$

Onde:

- Fz = quantidade de veículos zero quilômetros proposta
- Ft = Frota total do lote = quantidade de veículos previstos no Anexo 1.2 para a frota total do lote, conforme tabelas do item 5.

Por exemplo, um proponente que tenha declarado que empregará na operação dos serviços do Lote “A”, um total de 60 veículos 0 (zero) quilômetros, terá a seguinte pontuação:

$$Pontuação\ zero\ quilometro = 100 + \frac{150}{0,8} \times \left(\frac{60}{230} - 0,2 \right)$$

$$Pontuação\ zero\ quilometro = 100 + \frac{150}{0,8} \times (0,26 - 0,2)$$

$$Pontuação\ zero\ quilometro = 100 + 11,25 = 111,25$$

1.3.2 Pontuação da frota com soluções de climatização

A pontuação será calculada mediante a seguinte expressão:

$$Pontuação\ climat = Pontuação\ arcond + Pontuação\ arforc$$

$$Pontuação\ arcond = 100 + \frac{100}{0,7} \times \left(\frac{Farc}{Ft} - 0,3 \right)$$

$$Pontuação\ arforc = 50 \times \frac{Farforc}{Ft}$$

Onde:

- Farc = quantidade de veículos propostos com ar-condicionado
- Farforc = quantidade de veículos propostos com sistema de ventilação forçada de ar
- Ft = quantidade de veículos previstos no Anexo 1.2 para a frota total do lote, conforme tabelas do item 5.

Cabe observar, que o resultado da soma de Farc com Farforc deverá ser igual ou inferior a Ft.

Por exemplo, um proponente que tenha declarado que empregará na operação dos serviços do Lote “A”, um total de 80 veículos com ar-condicionado e 50 veículos com sistema de circulação de ar-forçado, terá a seguinte pontuação:

$$Pontuação\ climat = 100 + \frac{100}{0,7} \times \left(\frac{Farc}{Ft} - 0,3 \right) + 50 \times \frac{Farforc}{Ft}$$

$$Pontuação\ climat = 100 + \frac{100}{0,7} \times \left(\frac{80}{230} - 0,3 \right) + 50 \times \frac{50}{230}$$

$$Pontuação\ climat = 100 + 142,86 \times (0,35 - 0,3) + 50 \times 0,22$$

$$\text{Pontuação climat} = 100 + 7,14 + 11,00 = 118,14$$

Avaliação do estudo econômico-financeiro

O estudo econômico-financeiro apresentado pela proponente será avaliado mediante a verificação do conjunto de planilhas e notas explicativas apresentadas, sendo consideradas inexequíveis, e, portanto, desclassificadas, aquelas propostas cujo estudo, e consequente fluxo de caixa, apresentem as seguintes incorreções ou omissões:

1. Tenha sido elaborado em desacordo com as instruções do Edital e seus anexos;
2. Sejam manifestamente inexequíveis, assim consideradas aquelas que necessitem, para sua viabilização, de vantagens ou subsídios que não estejam previamente autorizados em Lei, previstos no presente Edital e à disposição de todos os licitantes;
3. Estejam incompletas ou que apresentem ressalvas, entrelinhas, emendas, rasuras, borrões ou, ainda, que contenham informações incompatíveis, bem com aquelas que apresentem linguagem que dificulte ou impeça sua exata compreensão;
4. Sejam incertas ou vinculem-se a condição futura ou incerta;
5. Considerem valores de outorga inferiores ao valor proposto;
6. Sejam formuladas por entidade estatal alheia à esfera política administrativa da Concedente que, para sua viabilização, necessite de vantagens ou subsídios do poder público controlador da referida entidade
7. Apresentem qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, e ou, apresente preço simbólico, irrisório ou de valor zero, resultando valor incompatível com os preços dos insumos e salários de mercado;
8. Mostrarem-se inexequíveis do ponto de vista econômico-financeiro ou cujo estudo apresente erros materiais e metodológicos que não permitam a sua avaliação adequadamente, mesmo depois de efetuadas as correções aritméticas possíveis
9. Não tenha observado os dados operacionais especificados para a etapa de início de operação inicial.
10. Apresente inconsistências relativas ao plano de aquisição e substituição dos ônibus ao longo do prazo da concessão que resulte em uma idade média da frota em desacordo com os critérios estabelecidos no Edital.
11. Utilize preços unitários, salários e coeficientes de consumo inconsistentes com valores de mercado, tendo como referência os valores da planilha tarifária oficial do Município, em especial, que considerem valores de salários de motoristas, bem como benefícios diferentes dos valores definidos na convenção coletiva em vigência na data base de preços
12. Não considere o pagamento de outorga nos valores e prazos estabelecidos no Edital;

13. Não considere na forma como previsto no Edital os custos com novas obrigações definidas pelo Município na concessão;
14. Apresente Valor Presente Líquido (VPL) negativo.

Havendo dúvida sobre a viabilidade de uma ou mais propostas, a Comissão de Licitação poderá fixar prazo para que os licitantes comprovem sua adequação através de dados técnicos, quantitativos e qualitativos.

Na hipótese da desclassificação de todas as propostas, a Comissão de Licitação poderá suspender os trabalhos e fixar aos licitantes o prazo de 8 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação ou novas propostas, corrigidas das causas de suas desclassificações.

2. Julgamento da Proposta de Valor de Outorga

A Nota da Proposta de Valor de Outorga (NPVO) totalizará 1.000 (mil) pontos e será calculada mediante a aplicação da seguinte equação:

$NPVO = 1000 \times (VO \div MVO)$, onde:

NO: Nota da Proposta de Valor de Outorga

MVO: Maior valor de outorga proposto entre as licitantes;

VO: Valor de outorga proposto pela licitante cuja proposta esteja sendo julgada.

3. Cálculo da nota final

A Nota da Proposta (NP) de cada licitante será calculada pela seguinte expressão:

$NP = (0,4 \times NPVO) + (0,6 \times NPT)$, onde:

NP = nota de proposta

NPVO = nota da proposta de valor de outorga

NPT = nota da proposta técnica

Anexo 5 – Legislação aplicada ao Transporte Coletivo de Cuiabá

Versão Consulta Pública

ANEXO 5 - LEGISLAÇÃO APLICADA AO TRANSPORTE COLETIVO / Anexo 5.1. – Decretos

TIPO	NÚMERO	DATA	EMENTA
Decreto	2367	18/04/1991	Regulamenta o serviço de TAXI-LOTAÇÃO no município de Cuiabá, instituído pela Lei nº 2.758 de 10 de janeiro de 1990, e dá outras providências
Decreto	3103	17/07/1995	Dispõe sobre a obrigatoriedade do lacre nas catracas dos ônibus das empresas do transporte coletivo do município de Cuiabá, e dá outras providências
Decreto	3181	05/03/1996	Dispõe sobre a habilitação dos motoristas do Transporte Público Coletivo Convencional e Alternativo e dos motoristas do Sistema de Transporte Individual de Passageiros – TAXI, no curso de direção defensiva do SENAT, e dá outras providências
Decreto	3366	20/05/1997	Dispõe sobre a habilitação dos motoristas do Transporte Público Coletivo Convencional e Alternativo e dos motoristas do Sistema de Transporte Individual de Passageiros – TAXI – no curso de Direção Defensiva, e dá outras providências
Decreto	3493	29/05/1998	Cria o Serviço Complementar Especial de Transporte Coletivo Urbano Alternativo e Convencional, e dá outras providências
Decreto	3951	06/02/2002	Dispõe sobre a regulamentação do Passe Livre Estudantil no sistema de transporte coletivo, e dá outras providências
Decreto	3963	22/03/2002	Dispõe sobre a concessão do Serviço de Transporte Coletivo de Passageiros.
Decreto	3962	22/03/2002	Estabelece o regulamento de execução e exploração dos serviços públicos de Transporte Coletivo e Seletivo de Cuiabá, e dá outras providências
Decreto	4214	20/09/2004	Altera e acrescenta artigos e incisos no Regulamento de Execução e Exploração dos Serviços Públicos de Transporte Coletivo e Seletivo de Cuiabá, regulamentado pelo Decreto n.º 3.962, de 22/03/02, e dá outras providências
Decreto	4257	07/01/2005	Dispõe sobre revogação de permissões de prestação de serviço público de transporte coletivo na modalidade TAXI LOTAÇÃO no sistema de transportes coletivo, e dá outras providências.
Decreto	4343	14/10/2005	Altera o tempo de integração do sistema de transporte urbano de Cuiabá, e dá outras providências.

Decreto	5145	15/02/2012	Dispõe sobre a regulamentação do Serviço de Transporte Coletivo Especial - BUSCAR - previsto no Sistema de Transporte Coletivo do município de Cuiabá, e dá outras providências
TIPO	NÚMERO	DATA	EMENTA
Decreto	5363	22/08/2013	Dispõe sobre o embarque temporário sem cartão magnético no Transporte Coletivo do município, e dá outras providências
Decreto	5349	29/07/2013	Constitui a Comissão de Auditoria Técnica das planilhas de custo de tarifa de transportes coletivo do município de Cuiabá
Decreto	5364	23/08/2013	Dispõe sobre a alteração da Comissão de Auditoria Técnica das planilhas de custo de tarifa de transportes coletivo do município de Cuiabá.
Decreto	5709	23/01/2015	Dispõe sobre o reajuste da tarifa do transporte coletivo municipal, cria a comissão para elaborar o Plano Municipal de Mobilidade Urbana e para viabilizar a licitação do Sistema de Transporte Coletivo Municipal, e dá outras providências.

FONTES: Ementário 1948 à 2012

Ementário 2004

Ementário 2005

Ementário 2006

Ementário 2007 e 2008

Ementário 2009

Ementário 2010 e 2011

Ementário 2012

(<http://www.cuiaba.mt.gov.br/secretarias/meio-ambiente-e-desenvolvimento-urbano/leis-decretos-e-publicacoes/>)

Acervo da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana - SEMOB

Anexo 5 – Legislação aplicada ao Transporte Coletivo de Cuiabá

Versão Consulta Pública

ANEXO 5 - LEGISLAÇÃO APLICADA AO TRANSPORTE COLETIVO / Anexo 5.2. – Leis Ordinárias e Leis Complementares

TIPO	NÚMERO	DATA	EMENTA
Lei	2282	27/06/1985	Dispõe sobre Passe Livre nos ônibus do Transporte Coletivo em Cuiabá para os Presidentes de Associações de Moradores de Bairros, com sede nesta Capital, e dá outras providências.
Lei	2758	10/01/1990	Dispõe sobre a Instituição do Serviço de Taxi-Lotação no Município de Cuiabá, e dá outras providências.
Lei	2760	26/03/1990	Autoriza a criação do Vale Transporte gratuito aos aposentados e pensionistas considerados fisicamente inválidos.
Lei	2771	06/07/1990	Dispõe sobre a renovação dos contratos de concessão dos serviços de transporte coletivo urbano de passageiros no município de Cuiabá, e dá outras providências
Lei	2941	18/12/1991	Estabelece gratuidade nos transportes coletivos, para pessoas portadoras de insuficiência renal aguda ou que estejam se submetendo ao tratamento da Hemodiálise, e dá outras providências
Lei	2943	18/12/1991	Dispõe sobre a regulamentação do Transporte Coletivo, e dá outras providências (gratuidades para Idosos e Deficientes Físicos - Art. 201 da Lei Orgânica do município de Cuiabá)
Lei	3024	22/09/1992	Autoriza a Prefeitura Municipal fornecer passes gratuitos e Vale Transporte a funcionários que especifica, e dá outras providências
Lei	3051	21/12/1992	Dispõe sobre o atendimento dos Taxi-Lotação aos Deficientes Físicos, e dá outras providências
Lei	3140	07/06/1993	Altera a Redação do Artigo 1º da Lei n.º 2282 de 27/06/85, que trata do Passe Livre para os presidentes de Bairro.
Lei	3159	16/07/1993	Dispõe sobre os assentos especiais nos ônibus que prestam serviços de Transporte Coletivo na Capital
Lei	3160	16/07/1993	Torna obrigatório o mínimo de quarenta assentos para passageiros nos ônibus do Transporte Coletivo de Cuiabá
Lei	3214	15/12/1993	Dispõe sobre a regulamentação do Conselho Municipal de Transporte, e dá outras providências
Lei	3224	15/12/1993	Estabelece trânsito livre a Presidente de Bairro e Presidente de Clube de Mães em Transporte Alternativo Táxi-Lotação, e dá outras providências
Lei	3448	17/02/1995	Altera a redação do Art. 1º e do Art. 4º da Lei nº 2141, de 19/12/83, que modificou a redação do § 5º, do Art. 51 da Lei nº. 1.789, de 18/03/81, que estabelece o regulamento dos serviços de transportes coletivos do município de Cuiabá.

TIPO	NÚMERO	DATA	EMENTA
Lei	3469	23/06/1995	Proíbe a instalação de pontos de ônibus antepostos exatamente um em frente ao outro, em pista estreita de mão dupla, se ausentes acostamentos apropriados ao estacionamento de coletivos.
Lei	3497	21/09/1995	Dispõe sobre a instituição do serviço de Taxi-Lotação, altera a Lei nº 2.758 de 10 de janeiro de 1990, e dá outras providências.
Lei	3580	26/07/1996	Regulamenta o Fundo Municipal de Trânsito e Transporte Urbano criado pela Lei Complementar nº 021/95
Lei	3683	01/12/1997	Adita o Inciso XV e XVI ao Artigo 2ª da Lei 3.214 de 15 de dezembro de 1.993 (Conselho Municipal de Transporte)
Lei	3713	23/12/1997	Dispõe sobre normas de isenção de pagamento do Transporte Coletivo e dá outras providências.
Lei	3714	23/12/1997	Dispõe sobre a criação da Câmara de Compensação Tarifária e a Taxa de Produtividade do Transporte Coletivo Integrado e dá outras providências.
Lei	3803	30/12/1998	Adita § único ao Art. 2º da Lei n.º 2.151 de 02/03/84, estendendo o benefício da gratuidade do transporte coletivo urbano às pessoas com idade igual ou superior a 65 anos, residentes em outros municípios de Mato Grosso
Lei	4094	01/10/2001	Dispõe sobre autorização legislativa para licitação do Sistema de Transportes, e dá outras providências
Lei	4118	09/11/2001	Acresce os Parágrafos 1.º e 2.º ao Artigo 1.º da Lei n.º 3.448 que alterou a Lei n.º 2.141 de 19/12/83, que alterou o § 5.º do Art. 51 da Lei n.º 1.789 de 18/04/81.
Lei	4124	19/11/2001	Dispõe sobre a criação do Sistema de Controle Eletrônico Operacional e Tarifário do município de Cuiabá.
Lei	4125	19/11/2001	Obriga a permanência em Cuiabá dos ônibus do projeto "Arte em Trânsito"
Lei	4141	17/12/2001	Dispõe sobre a instituição do Passe Livre Estudantil no Sistema de Transporte Coletivo, e dá outras providências.
Lei	4149	26/12/2001	Concede Passe Livre no Transporte Coletivo Urbano do Município de Cuiabá aos Soropositivos Portadores do vírus HIV.
Lei	4170	27/12/2001	Dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de equipamento de segurança para de valores nos transportes coletivos, e dá outras providências.
Lei	4219	28/05/2002	Dispõe sobre a destinação de espaço no interior dos veículos de Transporte Coletivo Urbano para afixação de cartazes sobre crianças desaparecidas
Lei	4279	22/11/2002	Dispõe sobre o programa permanente de treinamento e reciclagem para motoristas e cobradores que atuam no Transporte Coletivo.
Lei	4281	25/11/2002	Isenta de pagamento de passagem em Transporte Coletivo Urbano para policiais militares em trajes civis

TIPO	NÚMERO	DATA	EMENTA
Lei	4342	30/12/2002	Acrescenta dispositivos à Lei 3.214/93, alterada pela Lei 3.683/97.
Lei	4368	16/06/2003	Concede Passe Livre no Transporte Coletivo Urbano de Cuiabá aos Agentes Policiais e Agentes Carcerários.
Lei	4402	17/07/2003	Obriga a MTU a emitir a carteira de isenção de idosos nas tarifas do sistema de transporte coletivo urbano no Município de Cuiabá, no prazo máximo de sete (07) dias.
Lei	4406	17/07/2003	Dispõe sobre a fixação do itinerário das linhas nas laterais dos veículos de Transporte Coletivo de passageiros do Município de Cuiabá.
Lei	4416	29/08/2003	Dispõe sobre a obrigatoriedade da implantação de elevadores em todos os coletivos urbanos do Município, e dá outras providências.
Lei	4421	30/08/2003	Obriga os concessionários do Transporte Coletivo e a SMTU a divulgarem os seguros contra acidentes e mortes dos usuários.
Lei	4471	09/12/2003	Isenta de pagamento de passagem em Transporte Coletivo Urbano para escrivães de Polícia Judiciária Civil.
Lei	4483	23/12/2003	Dispõe sobre alterações na Lei nº 2.758 de 10 de janeiro de 1990, e dá outras providências.
Lei	4497	30/12/2003	Obriga as empresas de ônibus de Transporte Coletivo, Táxis e os veículos do Transporte Alternativo a colocarem no seu interior, recipientes para coleta de lixo.
Lei	4526	08/01/2004	Autoriza as empresas de Transporte Coletivo permissionárias do poder municipal a conceder transporte gratuito aos eleitores, nos dias de eleições públicas.
Lei	4528	09/01/2004	Dispõe sobre a concessão do Passe Livre aos portadores de Ostomia (colostomia, ileostomia e urostomia), inscritos na AMO - Associação Matogrossense dos Ostomizados e com tratamento contínuo no ambulatório do HUJM de Cuiabá.
Lei	4531	09/01/2004	Torna obrigatório as legendas educativas nas laterais traseiras dos ônibus, micro-ônibus e vans que circulam no Município de Cuiabá.
Lei	4585	31/05/2004	Determina o funcionamento do transporte "Buscar" aos sábados, domingos e feriados, direcionados para as áreas de lazer ou turismo.
Lei	4608	02/08/2004	Acrescenta dispositivos a Lei n.º 2.760 de 26 de março de 1990 (Autoriza a criação do vale transporte gratuito aos aposentados e pensionistas considerados fisicamente inválidos).
Lei	4626	02/08/2004	Assegura aos deficientes físicos, idosos, gestantes e adultos acompanhados de crianças de colo, o atendimento especial no Transporte Coletivo do Município de Cuiabá.
Lei	4669	22/11/2004	Institui o passe livre para as pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, e dá outras providências.
Lei	4727	10/01/2005	Acrescenta parágrafo único no Artigo 1º da Lei n.º 4.141 de 17 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a constituição do Passe Estudantil no Sistema de Transporte Coletivo.

TIPO	NÚMERO	DATA	EMENTA
Lei	4742	27/01/2005	Dispõe sobre a concessão de Transporte Coletivo às pessoas de baixa renda portadoras de neoplasia maligna/câncer.
Lei	4815	28/12/2005	Torna obrigatória a instalação de películas protetoras contra raios ultravioletas nos vidros laterais dos ônibus, micro-ônibus e Vans que circulam no município de Cuiabá.
Lei	4855	29/03/2006	Torna obrigatória a inserção de mensagens educativas e de imagens de plantas nativas do cerrado nos cartões magnéticos usados na bilhetagem eletrônica do transporte público de Cuiabá e dá outras providências.
Lei	4911	13/11/2006	Dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de banco reclinável e regulável para os motoristas dos ônibus urbanos da capital.
Lei	4969	23/04/2007	Torna obrigatório o telefone da Ouvidoria da SMTU nos para-choques traseiros dos ônibus que circulam no município de Cuiabá e dá outras providências
Lei	5007	14/09/2007	Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de placas de metal escritas em braile nos pontos de ônibus no município de Cuiabá e dá outras providências
Lei	5026	23/10/2007	Dispõe sobre a alteração da Lei n.º 4.141 de 17 de dezembro de 2001, que trata da instituição do “Passe Estudantil” no sistema de Transporte Coletivo.
Lei	5031	14/11/2007	Dispõe sobre a passagem de passageiros obesos pelas catracas de ônibus e dá outras providências.
Lei	5055	28/12/2007	Altera o dispositivo da Lei nº. 2.758, de 10 de janeiro de 1990, e dá outras providências.
Lei	5068	28/12/2007	Obriga as empresas prestadoras de serviço de transporte público de Cuiabá a instalarem sistema de alerta luminoso de emergência sobre todos os veículos integrantes de sua frota e dá outras providências.
Lei	5078	21/01/2008	Obriga a afixação nos pontos de ônibus de tabelas de horários das linhas do Transporte Coletivo do Município de Cuiabá e dá outras providências.
Lei	5322	09/08/2010	Dispõe sobre a instalação de câmaras filmadoras nos veículos de Transporte de Passageiros no município de Cuiabá.
Lei	5326	09/09/2010	Acrescenta inciso XVIII ao artigo 2.º da Lei n.º 3.214/93 (que dispõe sobre a regulamentação do Conselho Municipal de Transporte e dá outras providências.
Lei	5445	19/08/2011	Altera o Art. 1º da Lei nº 4.497 que obriga as empresas de ônibus de Transporte Coletivo, Táxis e os veículos de Transporte Alternativo a colocar no seu interior, recipientes para a coleta de lixo, e dá outras providências
Lei	5447	23/08/2011	Altera o Art. 2º da Lei nº 4.406 de 17 de julho de 2.003, e dá outras providências.
Lei	5766	20/12/2013	Dispõe sobre as penalidades aplicáveis às infrações praticadas no Sistema de Transporte Coletivo e Transporte Alternativo de Cuiabá, e dá outras providências.

TIPO	NÚMERO	DATA	EMENTA
Lei Complementar	205A	08/01/2010	Dispõe sobre a ordenação dos veículos de divulgação e de anúncios na paisagem do Município de Cuiabá e dá outras providências.
Lei Complementar	359	05/12/2014	Estabelece a estrutura básica da Administração Pública Municipal de Cuiabá no âmbito do Poder Executivo, e dá outras providências
Lei Complementar	374	31/03/2015	Cria a Agência Municipal de Regulação dos Serviços Públicos Delegados de Cuiabá - ARSEC, dispõe sobre a sua organização e funcionamento, e dá outras providências.
Lei Complementar	381	29/05/2015	Altera a Lei Complementar nº 374, de 31 de março de 2015, que cria a Agência Municipal de Regulação dos Serviços Públicos Delegados de Cuiabá - ARSEC, dispõe sobre a sua organização e funcionamento, e dá outras providências.

FONTES: Ementário 1948 à 2012

Ementário 2004

Ementário 2005

Ementário 2006

Ementário 2007 e 2008

Ementário 2009

Ementário 2010 e 2011

Ementário 2012

(<http://www.cuiaba.mt.gov.br/secretarias/meio-ambiente-e-desenvolvimento-urbano/leis-decretos-e-publicacoes/>)

Acervo da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana – SEMOB

Anexo 5 – Legislação aplicada ao Transporte Coletivo de Cuiabá

Versão Consulta Pública

ANEXO 5 - LEGISLAÇÃO APLICADA AO TRANSPORTE COLETIVO / Anexo 5.3. – Portarias

TIPO	NÚMERO	DATA	EMENTA
Portaria SMTU	003/2009	19/02/2009	Dispõe sobre alterações no Layout dos ônibus que operam no Transporte Coletivo de Cuiabá, e dá outras providências.
Portaria SMTU	008/2014	10/07/2014	Da obrigatoriedade do escapamento dos ônibus e Micro-ônibus que circulam em Cuiabá, sair por tubulação acima da carroceria.
Portaria SEMOB	010/2015	11/06/2015	Regulamenta a veiculação e transmissão de dados de publicidade móvel na parte interna dos veículos integrantes do sistema de transporte coletivo do Município de Cuiabá, por meio de aparelhos de tele transmissão de dados.

FONTES: Ementário 1948 à 2012

Ementário 2004

Ementário 2005

Ementário 2006

Ementário 2007 e 2008

Ementário 2009

Ementário 2010 e 2011

Ementário 2012

(<http://www.cuiaba.mt.gov.br/secretarias/meio-ambiente-e-desenvolvimento-urbano/leis-decretos-e-publicacoes/>)

Acervo da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana – SEMOB